

ISSN 2176 - 5766

Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas

ANO XIII, V.10, N°1
JAN/JUN 2021

FISUL
2021

Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas

Electronic Journal Of Applied Social Sciences

Volume 10, Número 1, jan./jun., 2021

SOBRE

A Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas (RECSA) é uma publicação periódica semestral da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL), localizada em Garibaldi, no estado do Rio Grande do Sul. Está disponível em meio eletrônico e tem por objetivo divulgar trabalhos científicos, estimulando a reflexão na área das Ciências Sociais Aplicadas, através da publicação de artigos, resenhas e ensaios de autores brasileiros e estrangeiros que contribuam para o desenvolvimento científico na área e/ou áreas afins. Tem como missão fomentar a produção e a disseminação de conhecimento em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social, Comunicação Social e áreas afins. Oferece artigos científicos, examinando as questões mais diversas com profundidade e senso crítico, trazendo sempre uma visão pragmática e científica dos assuntos relacionados às Ciências Sociais Aplicadas.

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas (RECSA) é uma publicação periódica semestral da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL), localizada em Garibaldi, no estado do Rio Grande do Sul. Está disponível em meio eletrônico e tem por objetivo divulgar trabalhos científicos, estimulando a reflexão na área das Ciências Sociais Aplicadas, através da publicação de artigos, resenhas e ensaios de autores brasileiros e estrangeiros que contribuam para o desenvolvimento científico na área e/ou áreas afins. Tem como missão fomentar a produção e a disseminação de conhecimento em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social, Comunicação Social e áreas afins. Oferece artigos científicos,

examinando as questões mais diversas com profundidade e senso crítico, trazendo sempre uma visão pragmática e científica dos assuntos relacionados às Ciências Sociais Aplicadas.

RESPONSABILIDADE

Os trabalhos e opiniões publicados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

REPRODUÇÃO

É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos publicados nesta revista, contanto que apontada a fonte.

ENDEREÇOS

Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul - FISUL.

Rua Presidente Vargas, 561, Centro, CEP: 95720-000 - Garibaldi, RS - Brasil

Telefone: (54) 3462-8300. URL da Homepage: <http://www.fisul.edu.br>

FICHA CATALOGRÁFICA

R454

Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas [recurso eletrônico].

Vol. 10, n. 1, (jan./jun., 2021) – Garibaldi: FISUL, 2021.

Semestral

ISSN: 2176 – 5766

1. Ciências Sociais Aplicadas. 2. Administração. 3. Ciências Contábeis. 4. Direito. 5. Serviço Social. 6. Comunicação Social.

CDU: 3

CDD: 300

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Djéssica Batisti CRB 10/2564)

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR CHEFE

César Augusto Cichelero, FISUL/RS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Roberto Macagnan, FISUL/RS, Brasil

Rosangela Werlang, UFRGS/RS, Brasil

César Augusto Cichelero, FISUL/RS, Brasil

Rodrigo Toaldo Cappellari, FISUL/RS

Isabel Pérez Jáuregui, UCES, Buenos Aires, Argentina

Luis Roque Klering, UFRGS/RS, UFSC/SC, Brasil

Vera Lúcia Della Valle Biolchi, FISUL/RS

Paulo Roberto Wunsch, FISUL/RS, IFRS/RS

Stefania Ordovás de Almeida, USP/SP, Brasil

Tatiana Reidel, UFRGS/RS

Edla Hoffmann, UFRN/RN

Mônica Cichelero, FISUL/RS

Loiva Mara de Oliveira Machado, UNIPAMPA/RS, Brasil

Vinícius Triches, FISUL/RS, UNIVATES/RS

Ricardo Antonio Reche, FISUL/RS

Márcia Helena Tilton Rachele, FISUL/RS

Paulo César Carbonari, IFIBE/RS, UNISINOS/RS, Brasil

Marlene Demari Webber, FISUL/RS

AVALIADORES/PARCELISTAS

Rosangela Werlang, UFRGS/RS, Brasil

Rodrigo Toaldo Cappellari, FISUL/RS

Luis Roque Klering, UFRGS/RS, UFSC/SC, Brasil

Ricardo Antonio Reche, FISUL/RS

Vera Lúcia Della Valle Biolchi, FISUL/RS

Paulo Roberto Wunsch, FISUL/RS, IFRS/RS

Vinícius Triches, FISUL/RS, UNIVATES/RS

Renato Breitenbach, UCS/RS, Brasil

Loiva Mara de Oliveira Machado, UNIPAMPA/RS, Brasil

Mônica Cichelero, FISUL/RS

Maurício Sant'Anna dos Reis, FISUL/RS, CEF/RS

Tatiana Reidel, UFRGS/RS

Marlene Demari Webber, FISUL/RS

Paula Dreyer Ortmann, FISUL/RS

Camila Paese Fedrigo, EPD/SP, Brasil

Márcia Helena Tilton Rachele, FISUL/RS

Stefania Ordovás de Almeida, USP/SP, Brasil

Roberto Macagnan, FISUL/RS, Brasil

Edla Hoffmann, UFRN/RN

César Augusto Cichelero, FISUL/RS, Brasil

Paulo César Carbonari, IFIBE/RS, UNISINOS/RS, Brasil

Isabel Pérez Jáuregui, UCES, Buenos Aires, Argentina

SUORTE TÉCNICO

Edoardo Soave, FISUL/RS, Brasil

SUMÁRIO

08

A perspectiva dos estudantes de uma universidade federal sobre o ensino remoto emergencial

The perspective of two students from a federal university on emergency remote teaching

Lauriene Teixeira Santos, Juliana de Oliveira Becheri, Augusto Chaves Martins, Milena Abreu Avila e Daniela Meirelles Andrade.

28

Aplicação per capita do percentual mínimo obrigatório de recursos próprios municipais em saúde: quando a legalidade multiplica as desigualdades

Per capita application of the minimum required percent of municipal health own resources: when legality multiplies inequalities

André Chies, Ricardo Reche e Vinícius Fleck Silveira

46

Processo Criativo: percepção dos profissionais da área de consumo da indústria criativa

Creative Process: perception of professionals in the consumption area of the creative industry

Franciele Nicolodi Boscaini, Francine Nicolodi, Adriana Locatelli Bertolini, Ricardo Antonio Reche e Delci Fátima Meneghetti Casagrande

73

Projeto FISUL comunidade: queimou a lâmpada, acenda a consciência.

FISUL community project: burned the light bulb, ignite awareness.

Arrigo Fontana, Janete Jacinta Carrer, José Ricardo Ledur e Thiago André Finimund

A perspectiva dos estudantes de uma universidade federal sobre o ensino remoto emergencial

The perspective of two students from a federal university on emergency remote teaching

Lauriene Teixeira Santos
Juliana de Oliveira Becheri
Augusto Chaves Martins
Milena Abreu Avila
Daniela Meirelles Andrade

RESUMO

Considerando a emergência de se discutir sobre os meios para minimizar os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação superior, e, diante dos desafios impostos por essa situação atípica, o objetivo geral deste artigo foi analisar a perspectiva dos estudantes de Administração e de Administração Pública de uma universidade federal sobre o Ensino Remoto Emergencial em tempos de pandemia. Esta pesquisa caracterizou-se como sendo um estudo qualitativo básico, onde se empregou entrevistas semiestruturadas em profundidades para coleta de dados e a técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos resultados. Observou-se que a compatibilidade da oferta do serviço é conveniente com a situação vivenciada e que a satisfação dos usuários tem sido alcançada, embora em proporção inferior, se comparado ao ensino presencial. A respeito da condução das disciplinas, o que se percebe é que estas variam conforme a postura do professor. As críticas dos estudantes ao modelo ERE estão em torno da falta de interação professor-aluno, desuso de metodologias interativas neste modelo, ausência de rotina para estudos e despreparo de alguns professores no uso da tecnologia. Mesmo diante das críticas, os estudantes também ressaltaram pontos positivos como a ampliação da capacidade crítica/analítica, maior autonomia com relação ao processo de ensino-aprendizagem e a continuação de exercícios de reflexão sobre as organizações. O artigo apresenta a partir da percepção dos estudantes, pontos que requerem melhorias para que o processo de implementação do ERE seja mais eficaz, atendendo as necessidades dos estudantes. Assim, o artigo se torna um meio de consulta que pode contribuir com um melhor gerenciamento do ERE em distintas Universidades. Como contribuições acadêmicas, o artigo traz uma discussão atual e relevante sobre o impacto da Pandemia do Covid-19 no ensino superior de Administração e Administração Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Pandemia Covid-19. Ensino Remoto Emergencial.

INTRODUÇÃO

As organizações educacionais, sejam elas públicas ou privadas, se situam num cenário cada vez mais desafiador, cercado por problemas sociais, econômicos, ambientais, inovações disruptivas, e inclusive, de saúde pública que impactam direta ou indiretamente os processos de ensino-aprendizagem. Impulsionando esta discussão, somam-se os desafios e limitações impostos pela pandemia do Covid-19 que atingiu o mundo no início de 2020 e continua fazer parte cotidiano de muitos países. A fim de conter a propagação do vírus, variadas medidas de distanciamento e isolamento social foram adotadas pelos governos, afetando diretamente o modo de ensino e a aprendizagem habitual. Kapasia et al. (2020) afirmam que a quarentena ocasionada pela pandemia de Covid-19 causou interrupções significativas nas atividades acadêmicas.

No Brasil, a suspensão das aulas presenciais começou em março de 2020, sendo implementadas, de forma emergencial, atividades não presenciais por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). A esse respeito, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou a Portaria nº 343/2020, que permite excepcionalmente, no período de emergência pública em saúde, a continuação das aulas presenciais em outro formato: à distância, através da utilização das TIC (MEC, 2020). Após a deliberação do MEC várias universidades no Brasil optaram pela implantação do ensino remoto emergencial (ERE). Cabe destacar que, esta modalidade de ensino se difere do ensino a distância (EaD) pelo fato de sua implementação se caracterizar pelo caráter emergencial e temporária, devido às condições inesperadas da pandemia (SHIM; LEE, 2020).

Diante do exposto, e considerando a emergência de se discutir sobre os meios para minimizar os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação superior, e, diante das limitações e desafios impostos por essa situação atípica às Instituições de Ensino Superior e à toda a comunidade acadêmica, indaga-se: o Ensino Remoto Emergencial é uma alternativa viável para a sequência do ensino em Administração em tempos de pandemia? O objetivo geral deste artigo é analisar a viabilidade do ERE a partir da perspectiva dos estudantes de Administração e de Administração Pública de uma universidade federal. Dessa forma, busca-se: (I) analisar o processo de preparação para o ERE; (II) conhecer como as disciplinas têm sido conduzidas e (III) verificar a perspectiva de aprendizado pelos alunos.

No que tange ao ensino superior, defende-se que a educação deve se atentar para além das questões ligadas a empregabilidade, procurando contribuir para a formação de um indivíduo crítico, reflexivo, engajado e consciente de seu papel na sociedade (LOURENÇO, 2013). Assim, torna-se importante compreender as inovações e/ou adaptações que estão sendo implementadas

para o desenvolvimento da educação durante a pandemia, a fim de compreender os reflexos futuros destas medidas nos estudantes, seja em sua vida enquanto profissional, ou social.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são apresentadas discussões teóricas que fundamentam a realização da presente pesquisa. Assim, inicialmente, são apontadas questões voltadas à Inovação e Desenvolvimento de Serviços, dando ênfase ao desenvolvimento de serviços educacionais por meio de tecnologias da informação. E, posteriormente, são descritos e comparados os aspectos do Ensino à Distância (EaD) e do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

1.1 Inovação e Desenvolvimento de Serviços

Devido às transformações, mudanças e impactos causados pela globalização, a inovação e o desenvolvimento de novos serviços tornaram-se fatores críticos de sucesso para o crescimento econômico, assim como para auxiliar e promover melhorias nos processos, produtos e serviços já existentes nas organizações (CALIARI; ZILBER; PEREZ, 2017). O desenvolvimento de um novo serviço, não necessariamente, estará atrelado à uma inovação, mas sobretudo, a geração de vantagens competitivas, pois pode estar diretamente relacionado ao aperfeiçoamento de serviços já existentes (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2014; CALIARI; ZILBER; PEREZ, 2017).

As tecnologias de informação e comunicação são recursos facilitadores no processo de desenvolvimento de serviços (CALIARI; ZILBER; PEREZ, 2017). De acordo com Fitzsimmons e Fitzsimmons (2014), os serviços são dotados de aspectos tangíveis e intangíveis que são executados desde a sua concepção até a sua prestação ao cliente e/ou usuário final, sendo as tecnologias de informação e comunicação concebidas como bens facilitadores durante este processo. A tangibilidade dos serviços pode ser mensurada pelos usuários a partir do momento da seleção de determinado serviço, abarcando fatores como a disponibilidade, a compatibilidade, a visibilidade, a confiabilidade, a customização, a qualidade, a reputação e até mesmo a segurança do serviço (FITZSIMMONS, FITZSIMMONS, 2014). Quanto à intangibilidade, Fitzsimmons e Fitzsimmons (2014) ressaltam que este aspecto está atrelado à experiência vivida pelo usuário ao utilizar o serviço, bem como o seu grau de satisfação.

O domínio educacional tem sido amplamente suscetibilizado pelas transformações advindas da utilização de recursos tecnológicos, com o principal intuito de dinamizar o estilo de aprendizagem tradicional (BARARI et al., 2020). Além do mais, a tecnologia se tornou uma aliada ao desenvolvimento educacional e pode-se dizer que nos dias de hoje é necessária para as inovações e o desenvolvimento das modalidades de ensino, assim como para o desenvolvimento

das capacidades humanas de produzir e utilizar as informações (MARCHISOTTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017).

O uso das tecnologias atreladas à educação fora difundido desde meados da década de 90 (SHIM; LEE, 2020). Caliari, Zilber e Perez (2017) ressaltam que com a expansão da Internet, as instituições de ensino visualizaram uma possibilidade de inovação na oferta de seus serviços. Dessa forma, a Educação à Distância passou a ser uma modalidade de ensino reconhecida e considerada adequada para o âmbito educacional, sobretudo a partir do início do século XXI (SHIM, LEE, 2020). Além disso, os investimentos em inovação e desenvolvimento de serviços educacionais tornaram-se fundamentais para a busca do melhor desempenho dos alunos, professores e das próprias instituições de ensino (CALIARI; ZILBER; PEREZ, 2015; BARARI et al., 2020).

Atualmente, com o cenário ocasionado pela Covid-19, governos do mundo todo têm recorrido ao ensino online para mitigar os efeitos causados pela pandemia no domínio educacional. Kapasia et al. (2020, no prelo) acrescentam que a aprendizagem digital e online pode ser adotada pelos professores das instituições de ensino superior, pois torna-se uma alternativa que ajuda na continuidade do sistema educacional, bem como na empregabilidade dos estudantes após este período crítico.

Entretanto, é importante destacar que esta modalidade de ensino que tem sido empregada durante a pandemia, o ensino remoto emergencial, se difere essencialmente do ensino à distância que já é conhecido e difundido mundialmente. Dessa forma, cabe diferenciar as características intrínsecas a estas duas modalidades de ensino e apresentar as principais contribuições que estas podem trazer para o âmbito educacional.

1.2 O Ensino à Distância e o Ensino Remoto Emergencial

O Ensino à Distância (EaD) é um método educacional que proporciona a aprendizagem por meio da tecnologia, sem os limites de tempo e espaço, concedendo maior autonomia aos estudantes (MARCHISOTTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017). Isso ocorre, pois normalmente o professor e os estudantes não estão no mesmo local de aprendizagem, e a comunicação entre eles é mediada pelos recursos tecnológicos (SHIM; LEE, 2020). Como o EaD é realizado via internet, o ambiente de aprendizado é questionado, pois algumas dificuldades relatadas por estudantes são a falta de familiaridade com os recursos online, como a navegação no sistema de tutoriais e avaliações e trabalhos em grupo, fatos que podem ocasionar ansiedade e frustração nos estudantes (YANG; CATTERALL; DAVIS, 2013; SHIM; LEE, 2020; BARARI et al., 2020). Além disso, muitos estudantes possuem uma grande dificuldade em estabelecer um

horário regular de estudos e ter motivação para mantê-lo (BRAY; AOKI; DLUGOSH, 2008). O contato e interação com os professores também é um fator importante, visto que no EaD, muitos estudantes relatam a dificuldade de interagir e se comunicar com os professores (BRAY; AOKI; DLUGOSH, 2008; SHIM; LEE, 2020; BARARI et al., 2020).

Devido à pandemia de Covid-19, em vários países uma nova modalidade educacional tem sido adotada: o Ensino Remoto Emergencial (ERE) (SHIM; LEE, 2020). O ERE é uma medida de segurança proposta para proteger a comunidade da proliferação do vírus, uma vez que a continuação dos estudos se dá através da internet, sem o contato humano. As medidas de segurança invocam o alerta do perigo da transmissão comunitária, de forma que a decisão das universidades em limitar as aulas presenciais como forma de redução das interações de proximidade, se faz justificável (MURPHY, 2020).

Shim e Lee (2020) salientam que o ERE se difere essencialmente do EaD, devido ao seu caráter de emergência e temporalidade, enquanto o EaD é planejado previamente para acontecer de forma remota ao longo de sua duração. Vale destacar que o ERE é uma estratégia educacional para o período de quarentena, em que as atividades presenciais das universidades estão suspensas, portanto, não pode ser entendido como sinônimo do modelo EaD (KAPASIA et al. 2020). É importante diferenciar que no EaD existe toda uma metodologia de ensino-aprendizagem. Logo, o ambiente é preparado para esse processo, bem como para a interação entre estudantes e professores, além de que, os indivíduos tiveram a oportunidade de optarem por cursar esta modalidade com base em suas preferências (SHIM; LEE, 2020), diferentemente do ERE.

Embora as atividades presenciais tenham sido substituídas por aulas remotas, o formato utilizado difere essencialmente da modalidade EaD, pois no último mencionado, o conteúdo é assíncrono, autoinstrucional e conta com apoio de tutores. Já no ERE, as aulas são ministradas pelos próprios professores, em sua maioria, no mesmo horário das aulas presenciais, por meio da utilização de recursos tecnológicos, de forma a dar continuidade ao conteúdo e para que não haja perda de aprendizagem (NISKIER, 2020). Apesar das divergências entre EaD e ERE, percebe-se que ambos propiciam a emancipação e autonomia dos estudantes. Ademais, indivíduos que não podem frequentar uma instituição de ensino na forma presencial tradicional em tempo integral, devido a condições sociais e/ou financeiras, a flexibilidade proporcionada pelo EaD ou ERE pode propiciar um acesso mais amplo (MURPHY, 2020).

Shim e Lee (2020) relatam aspectos positivos em relação ao ERE, como a cooperação entre os alunos, a facilidade de se organizarem e a objetividade das aulas, isto porque, conforme os autores, o tempo gasto para a socialização nas aulas presenciais é relativamente maior do que nas aulas online, além da economia de tempo com deslocamento e a comodidade de estar próximo à

família. Por outro lado, Shim e Lee (2020) também relatam pontos negativos, como a facilidade em se distrair durante as aulas, a sobrecarga de atividades, a falta de clareza nas políticas educacionais, os problemas técnicos e tecnológicos, a discrepância entre os diversos ambientes de estudo dos estudantes e a baixa interação entre estudantes e professores. Outro fator a ser considerado é a discrepância da implementação do ERE entre as diversas universidades, isto porque, algumas já possuíam infraestrutura necessária para sua implementação, enquanto outras, tiveram de se reinventar diante deste cenário tão incerto (SHIM; LEE, 2020; BARARI et al., 2020).

As tecnologias de informação e comunicação não impactaram somente os estilos de aprendizagem, como também a prática docente (BARARI et al, 2020). Deste modo, a tecnologia deve ser vista como um meio de promover o ensino e a aprendizagem, no entanto, as estruturas devem seguir diretrizes pedagógicas, sendo as tecnologias, os meios facilitadores para melhorar as estratégias e os métodos de ensino (BARARI et al, 2020). Contudo, ainda não é possível mensurar os efeitos desta modalidade na aprendizagem dos alunos, pois de acordo com Shim e Lee (2020), é preciso examinar a perspectiva à longo prazo, pois a eficácia do aprendizado via ERE ainda é desconhecida.

Ademais, verifica-se uma escassez de estudos que visem investigar a adaptação com relação à utilização das tecnologias pelos usuários aos princípios educacionais (MARCHISOTTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017; BARARI et al., 2020). Em meio a este cenário, compreende-se a relevância e a necessidade de averiguar se o ensino remoto seria uma alternativa viável ao domínio educacional, especificamente, em tempos de pandemia.

2. MÉTODO DE PESQUISA

Este estudo é de cunho qualitativo e quanto aos objetivos é classificado como descritivo. Com relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se o estudo qualitativo básico, visto que o mesmo busca descrever uma situação particular que não é generalizável (GIL, 2002). Dessa forma, este artigo tem o intuito de compreender se na perspectiva dos estudantes de uma universidade federal se o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma alternativa viável para a sequência do ensino em Administração em tempos de pandemia.

Optou-se em utilizar a entrevista temática como instrumento de coleta de dados. Assim, elaborou-se um roteiro semiestruturado que possibilitou explorar as respostas dos participantes, neste caso, os estudantes dos cursos de graduação em Administração e Administração Pública da respectiva Universidade. O roteiro totalizou dezenove perguntas, sendo que três foram voltadas para o perfil geral dos respondentes e dezesseis tiveram o intuito conhecer suas percepções sobre

o ERE. Basicamente, as questões buscaram conhecer os estudantes de forma geral, suas percepções sobre a enquete-online realizada pela Universidade sobre a implementação do ERE, bem como a preparação desta modalidade de ensino, e apreender como tem sido realizada a condução das aulas remotas, visando identificar os anseios e as possíveis oportunidades de melhoria do ERE.

A fim de contatar os discentes que cursam Administração ou Administração Pública, definiu-se um participante inicial, sendo que este indicava outro ao final da entrevista e assim, sucessivamente até se obter a saturação das informações, utilizando-se dessa forma, a técnica conhecida por bola de neve (COSTA, 2018). Não se delimitou um período a ser cursado pelo discente, pois considera-se que qualquer estudante que estivesse participando do ERE poderia contribuir com a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em meados da implementação do ERE, entre 13 e 20 de julho de 2020, por chamadas de vídeo, em virtude do distanciamento social, tendo duração de trinta minutos cada. Foram entrevistados 11 discentes que cursam desde o terceiro ao oitavo período dos cursos de Administração e Administração Pública em uma universidade federal. Os participantes têm entre 19 e 36 anos, sendo 2 dos respondentes do sexo masculino e 9 do sexo feminino.

Com o intuito de compreender os dados coletados de forma qualitativa, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica de análise dos dados. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é operacionalizada em três fases principais. Primeiramente, na fase da (I) pré-análise, o corpus da pesquisa foi construído com base nas entrevistadas coletadas, realizando-se a organização e sistematização dos dados. Em seguida, na (II) exploração do material, realizou-se o recorte e categorização dos dados. As categorias identificadas neste estudo foram definidas à priori, conforme os objetivos da pesquisa, sendo classificadas em: (a) preparação do Ensino Remoto Emergencial (ERE); (b) condução das disciplinas no ERE e (c) a perspectiva de aprendizado pelos alunos. Por fim, no (III) tratamento do material, realizou-se a interpretação dos resultados encontrados, a partir do aporte do referencial teórico proposto.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a melhor apresentação da análise e discussão dos resultados, esta seção será subdividida com base na categorização dos dados, definida conforme os objetivos desta pesquisa.

3.1 Preparação para implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE)

A implementação do ERE na universidade foi precedida por uma enquete-online que contou com a participação de professores, estudantes e técnicos administrativos. O intuito foi conhecer os anseios e as dificuldades da implementação do ERE, permitindo a avaliação de alternativas pontuais para a retomada das atividades, fato subsidiou a elaboração da proposta aprovada por resolução. A enquete-online foi discutida em uma *live* aberta para toda comunidade acadêmica no *Youtube*. A maioria dos estudantes entrevistados disseram participar ao menos de uma parte dela, visto que foi realizado dois procedimentos pela Universidade: o formulário (enquete) com questões envolvendo a percepção dos alunos sobre o ERE; e a *live* explicando a proposta do ERE que seria estudada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ainda partilhando de opiniões diversas sobre o retorno das aulas, a maioria dos estudantes afirmou não ter tido voz ativa durante o processo de consulta pública. Percebe-se então, alguns gargalos com relação aos procedimentos adotados pela Universidade na realização da enquete. O entrevistado 2 relata que a decisão tomada pela Universidade foi centralizada e o entrevistado 4 afirma que o formulário foi “seletivo”, pois na sua opinião, foi direcionado para as pessoas que podiam e teriam condições de proceder com o ERE, já que as pessoas vulneráveis talvez não poderiam ter acesso ao formulário, sendo difícil afirmar que todas as pessoas consultadas teriam condições de acesso. Na mesma perspectiva, o entrevistado 8, que participou da *live*, relata que as decisões tomadas pareciam já terem sido impostas, não ocorrendo troca de experiências com os alunos.

Observa-se que a Universidade, embora tenha procurado dialogar com a comunidade, incluindo os alunos, estes não se sentiram ouvidos. A medida tomada pela Instituição vai ao encontro à disposição do governo em permitir a continuação das aulas em formato online (MEC, 2020). Essa não foi uma medida apenas regulamentada no Brasil, mas um esforço mundial de vários governos para a continuidade dos estudos durante a pandemia (UNESCO, 2020). Assim, quanto a tangibilidade do serviço ofertado pela universidade, conforme os estudos de Fitzsimmons e Fitzsimmons (2014) o mesmo representa compatibilidade com a situação vivenciada pela comunidade acadêmica em tempos de pandemia. Isto porque, a utilização do ERE foi percebida como uma ferramenta consistente para a continuidade dos estudos, visto a necessidade exacerbada do distanciamento social.

Com relação à preparação dos estudantes para a volta do ensino de forma remota, a Universidade ofertou algumas semanas antes da retomada das atividades, um curso para a comunidade acadêmica se ambientar às ferramentas remotas que seriam utilizadas, especificamente no campus virtual. Muitos entrevistados afirmaram que o curso ofertado pela Universidade não foi de grande utilidade. Isto porque, eles se consideravam preparados e

familiarizados em utilizar o sistema virtual, visto que este mesmo sistema já era utilizado pelos alunos, embora em menor proporção, antes da pandemia. Os entrevistados 1 e 10 revelaram que o curso foi muito básico, pois eles já se sentiam familiarizados com o campus virtual. O entrevistado 1 propôs que a Universidade deveria ter investido em cursos para operacionalizar programas, como Word e Excel. Assim, ao contrário do EaD em que muitos estudantes relatam a falta de familiaridade com ambiente de aprendizado, sendo isso uma adversidade importante no processo de ensino-aprendizagem (YANG; CATTERAL; DAVIS, 2013; SHIM; LEE, 2020), na Universidade estudada, percebe-se que os estudantes não têm enfrentado problemas em lidar com o ambiente de aprendizado online proposto pelo ERE.

Com relação à preparação dos professores para lecionarem por meio do ERE, os estudantes concordam que o nível de conhecimento, adaptação e desempenho varia entre os professores, conforme sua postura profissional. O entrevistado 1 acredita que os professores mais habituados com os recursos tecnológicos conseguem manejar as técnicas de uma forma melhor. Ainda ressalta que alguns professores não estão ministrando aulas, apenas disponibilizam material para leitura e atividades. Nesse sentido, o entrevistado 3 revela que há uma discrepância com relação ao empenho e organização dos professores. O entrevistado 4 afirma que os professores estão cumprindo com o que foi proposto pela Universidade através do ERE, que é disponibilização de atividades com prazos definidos, contudo, sente falta de atividades mais inovadoras e participativas.

Percebe-se que os relatos vão de encontro aos resultados do estudo de Kapasia et al. (2020), haja vista que 4% dos estudantes em Bengala Ocidental na Índia, relatam falta de interesse dos professores em ensinar por meio do ensino remoto. Neste sentido, pode-se especular diversos motivos, dentre eles: a dificuldade em utilizar os meios tecnológicos, a falta de capacitação pedagógica específica para a realização de aulas remotas; e se tratando de uma experiência única, os erros também estão presentes, sendo necessário o aperfeiçoamento contínuo (SHIM; LEE, 2020; BARARI et al., 2020).

Contudo, quando os estudantes entrevistados foram questionados sobre a decisão da implementação do ERE, muitos de início não concordaram com a medida tomada pela Universidade, porém eles salientam uma mudança de pensamento à medida que a situação de incerteza, em decorrência da pandemia, prevalece no país e no mundo. Enfatiza-se que em meio aos entrevistados, há aqueles que foram favoráveis desde o início à implementação do ERE, outros que eram contra e posteriormente se mostraram favoráveis e outros que continuaram sendo contra a sua utilização.

Para o entrevistado 1 a implementação do ensino remoto é “melhor do que ficar sem aula dois semestres”. Esta opinião também é consoante ao entrevistado 8, embora essa seja a sua última opção, ele revela que a Universidade não tinha alternativa, afirmando que “pode ser que seja que a Universidade tenha tomado sim, uma boa decisão e que dentro do possível, ela tentou atenuar essa situação”. Assim, identifica-se nas entrevistas a preocupação dos estudantes em estacionar os seus ciclos escolares, reverberando que, a continuação dos estudos de forma online se mostra uma alternativa viável (KAPASIA et al, 2020).

3.2 Condução das disciplinas no ERE

A condução das aulas no ERE considerando os relatos dos entrevistados, depende da preparação dos professores para lecionar por meio desta modalidade. Assim, existem disciplinas em que os estudantes relatam uma boa condução, enfatizando-se a utilização de outras metodologias de ensino, além do exigido pela Universidade, bem como a diversidade de ferramentas tecnológicas. Por outro lado, existem disciplinas em que sobressai a crítica com relação à condução das aulas, o modo de exposição, a transmissão e a avaliação do conhecimento adquirido.

O entrevistado 6 demonstra sua insatisfação apontando que muitos professores só disponibilizam textos para leitura no campus virtual. Ele afirma que sente falta de videoaula, e ainda expõe: “o que eu percebo é que o professor ele dá um texto, e aí ele faz uma pergunta sobre o texto, só que a pergunta do texto não é a matéria em si, é só um ponto. Tipo, nesse sentido, eu acho que a gente não tá vendo a matéria, a gente tá vendo alguns aspectos da matéria, que na aula presencial a gente abarcaria tudo”. O entrevistado 9 expõe que a condução das aulas varia de cada professor. Ele aponta que tem professor que coloca *PowerPoint* narrado, outro faz *live* e tira dúvidas, mas que tem outros que só colocam conteúdo no campus virtual. O entrevistado 10, por outro lado, destaca que: “alguns professores fazem aula ao vivo, pra tirar dúvidas, apresentar o conteúdo. Acho bacana, porque isso me ajuda bastante. Quando são matérias mais difíceis que precisa de algum professor, essas aulas têm sido bastante úteis”.

Os relatos dos entrevistados também reiteram a importância da relação teoria e prática na condução do curso de administração. Destacam-se, neste sentido, os bons exemplos de algumas disciplinas, onde os estudantes afirmam estar tendo suporte dos professores para conseguir fazer a ligação teórica e prática, mesmo no ERE. Entretanto, alguns estudantes reclamam da falta de explicações práticas no ERE seja pela falta de possibilidade desta junção no Roteiro de Estudo Orientado (REO) e/ou pela falta de debates e discussões em sala de aula, os quais julgavam importantes para realizar esta ponte entre teoria e prática. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade

de um esforço para a formação dos administradores mesmo no ERE, visto que, conforme Lourenço (2013) cabe ao administrador a compreensão da realidade, a qual se baseia sob um tripé: ético, social e econômico (LOURENÇO, 2013).

Ainda relacionado à interação entre teoria e prática, o entrevistado 11 afirma que: “principalmente as matérias que a gente precisa ir na empresa, precisa ter um contato maior com os professores (...) eu acho que os professores tão conseguindo levar bem. Eles tão sempre disponíveis para fazer reunião, mesmo se for fora do horário de aula”. Em divergência, o entrevistado 7 revela que está sentindo a ausência da questão prática na condução das disciplinas e que sente diferença em relação ao ensino presencial. Em suas palavras: “a questão prática a gente não tá tendo e eu tô notando muita diferença por conta disso, por causa da explicação que não tá sendo (...) tão bem-feita (...), como nas aulas presenciais. A gente tinha apresentação de trabalho, que não tá tendo mais, seminário né, no caso. Tinha debate, coisa que a gente não tá tendo né. Aí acaba que você não tem aquela troca de experiência, que é um aprendizado também”.

Conforme o exposto, é considerada importante a execução de tarefas e interação que permitam a vivência de situações práticas. Contudo, como demonstram o estudo de Shim e Lee (2020) um dos pontos negativos do ensino remoto é a impossibilidade de aulas práticas. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância em se desenvolver um ambiente virtual adequado e um sistema que facilite o desempenho acadêmico, de forma que seja trabalhado a reflexão crítica, social e humana dos estudantes.

Quanto a realização de reflexões durante o processo de ensino-aprendizagem, percebe-se que as considerações sobre a temática foram positivas. Grande parte dos estudantes expôs realizá-las pelo menos em uma disciplina cursada. Alguns pontuaram ainda que os professores têm abordado questões atuais, como o impacto da COVID-19 dentro das organizações, modelos de negócio, estratégias, *marketing*, cidades criativas e políticas públicas. Os entrevistados 6 e 8 reconhecem a importância de se ter momentos de reflexão crítica na condução das disciplinas. Assim como o entrevistado 10 que alega a importância de alinhar a teoria dos estudos em Administração a prática e o momento de pandemia, reconhecendo a estratégia como uma preparação para o mercado de trabalho. O entrevistado 11 faz uma crítica relacionado as atividades reflexivas elaboradas pelos professores, segundo ele “na maioria das atividades os professores perguntam como foi a adaptação de uma empresa depois desse período (...) só que nunca pergunta sobre o todo né, é mais focado na área comercial, se caiu venda, como que a empresa tá se adaptando a isso. Mas nunca busca uma reflexão, tipo assim, do todo, sabe?!”

As considerações dos estudantes reverberam a colocação de Lourenço (2013), a qual defende que a educação no ensino superior deve contribuir para a formação de um profissional

crítico e reflexivo. Ademais, percebe-se também a importância do conhecimento para a resolução de problemas na prática das organizações, retomando que o ensino de administração tem se posicionado de forma pragmática, haja vista que o administrador é reconhecido pela sua capacidade de alcançar resultados palpáveis.

Por último, dentro da condução das aulas, os entrevistados mencionaram aspectos relacionados à interação professor-estudante que, de modo geral, tem se dado em menor proporção, se comparada ao ensino presencial. De acordo com os alunos, a interação fica restrita ao campus virtual através dos fóruns de discussão e limitado aos roteiros de estudos orientados (REO). Alguns entrevistados ressaltam também a existência de professores mais acessíveis, que se mostram sempre disponíveis e preocupados em manter a interação com os estudantes.

A respeito da interação entre professor e aluno, o entrevistado 1 salienta que alguns professores, embora poucos, tem se disponibilizado a ministrar aulas usando o *Google Meet* para tirar as dúvidas. Ainda, o entrevistado 1 resalta que quando solicita algo aos professores via e-mail, “alguns demoram bastante para responder, outros são bem imediatos”. Já o entrevistado 4 revela que alguns professores disponibilizaram até mesmo o *WhatsApp* como meio de comunicação, mas afirma que o contato maior é via os fóruns de discussão. Consoante, o entrevistado 8 aponta para a flexibilidade de muitos professores e ainda destaca a importância do coordenador do curso neste processo. Em suas palavras: “a gente tem um contato com o coordenador que é muito grande, que isso é o que vai confortando a gente né, aluno do curso. É, o coordenador ele pega, direto ele pega demandas, críticas, o que precisa melhorar, faz uma reunião, pede alguém do CA ou alguém da sala mesmo pra conversar com ele”.

No processo de ensino-aprendizagem é possível reconhecer que os estudantes consideram importante a interação entre eles e o professor, como mencionado por Shim e Lee (2020). Especificamente, relacionado à educação de forma online, há relatos que apontam a dificuldade de interação entre os estudantes e professores (BARARI et. al, 2020; SHIM; LEE, 2020), o que parece ser uma característica do ERE como foi retratado pelos entrevistados deste estudo. Neste sentido, a coordenação do curso se mostra um elo responsável por intermediar o relacionamento entre as partes, tanto as demandas dos estudantes, quanto os desafios dos professores.

3.3 A perspectiva de aprendizado pelos alunos no ERE

Observa-se que em relação a perspectiva de aprendizado pelo ERE, três principais focos foram abordados pelos estudantes: (1) uma maior autonomia em relação ao seu processo de aprendizagem, e a partir disso, (2) as dificuldades que estão tendo com o estudo remoto e o que

poderia ser melhorado neste novo método de ensino, e (3) o que o aluno mais sente falta se comparado ao ensino presencial.

Nota-se que em relação ao aprendizado pelo ERE, a maioria dos estudantes afirma terem uma maior autonomia sobre o seu processo de aprendizagem, como constatado anteriormente por Murphy (2020). No entanto, isso não significa um efeito totalmente positivo na aprendizagem dos alunos, uma vez que alguns deles relataram que essa mesma autonomia que possuem faz com que o foco nos estudos seja inferior.

O entrevistado 1 ressalta que realizar as atividades em casa as vezes causa uma certa “preguiça”, enquanto a entrevistada 7 relata que tem matérias que é possível ter autonomia nos estudos, contudo, tem outras que ela necessita do auxílio do professor. O entrevistado 9 revela que o lado bom da autonomia é conseguir administrar seus horários, e dessa forma, conduz seus estudos no horário em que está mais disposto. A entrevistada 11 relata que é preciso esforço para que os estudos prossigam, pois segundo ela, diferentemente do ensino presencial, o qual basta levantar a mão para que o professor responda a sua dúvida, o ensino remoto requer um esforço e dedicação maior e que apesar disso, está conseguindo aprender.

Embora Marchisotti, Oliveira e Lukosevicius (2017) revelem que uma das principais vantagens do ensino remoto é a autonomia concedida aos alunos, sendo essa característica fundamental para o desenvolvimento das capacidades humanas. No entanto, percebe-se que apesar da autonomia que o ERE proporciona aos estudantes para organizarem seus próprios horários de estudos, o fator da interação professor-aluno se mostra uma questão importante, uma vez que alguns estudantes relatam que não conseguem realizar algumas das atividades sem a ajuda dos professores e que o ensino remoto não tem sido tão satisfatório.

Juntamente com essa questão da autonomia, destaca-se a organização dos estudos durante o período do ERE. O entrevistado 4 afirma que não estabeleceu uma organização fixa para os estudos, ele vai executando a medida em que pode, pois está conciliando os estudos com as atividades de casa. Já o entrevistado 6 revela que a aula ao vivo é pior do que a gravada, pois de acordo com seu relato, ele se distrai facilmente e que a conexão com a Internet pode falhar. Dessa forma, ele prefere as aulas gravadas, pois tem liberdade de pausar o vídeo quando quiser. A entrevistada 8 expõe que se sente muito perdida com o ensino remoto, pois são muitos prazos a serem cumpridos e tarefas a serem entregues. Ela revela que a ajuda das amigas tem sido fundamental para que os prazos sejam cumpridos, pois vão trocando informações.

É possível observar que quanto à organização dos estudos durante o ERE, os estudantes estão bastante confusos quanto aos seus horários de aula e datas de entregas dos trabalhos, uma vez que a necessidade de organização própria, sem ajuda presencial de outros colegas e dos

professores não existem nesta nova modalidade de ensino. Conforme os estudos de Shim e Lee (2020), a principal dificuldade na modalidade de ensino remoto é a adaptação. Shim e Lee (2020) ressaltam que existem pontos positivos nesta modalidade de ensino, como a comodidade de estar em casa, a cooperação entre os estudantes e a objetividade das aulas. Contudo, também afirmam que muitos estudantes possuem dificuldade em organizar uma rotina de estudo, além dos problemas que podem estar relacionados à conectividade da rede de internet, a facilidade em se distrair durante as aulas e a baixa interação entre estudantes - professores.

Dessa forma, pode-se verificar outras dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o ERE. O entrevistado 6 expõe que a internet que ele possui em casa é boa, mas tem uma certa dificuldade, pois o seu *notebook* já não está tão bom. Por outro lado, a entrevistada 7 revela que sente privilegiada, pois afirma ter um ambiente agradável para os estudos e os recursos necessários para tal. Assim como o entrevistado 10 que afirma ter fácil acesso à internet, embora exista perda de conexão algumas vezes, mas que para ele isso é normal.

Nota-se que para os estudantes entrevistados, poucas dificuldades são enfrentadas, como por exemplo falta de internet, ambiente desfavorável de estudos, falta e/ou qualidade do computador e/ou celular etc. Portanto, diante do contexto da autonomia e organização nos estudos e das dificuldades enfrentadas, questionou-se também como cada estudante avalia o seu aprendizado com o ERE.

O entrevistado 2 revela que sente diferença em seu aprendizado, para ele: “na atividade presencial, eu acho que a interação, não com os colegas, mas estar em debate com professor, com a turma em geral, ela gera crescimento de um ponto que não estava em seu campo de visão. (...) Então, eu acho que, faz falta essas discussões, é onde meu aprendizado no presencial seria um pouco melhor do que no remoto”. Ademais, os entrevistados 3, 4 e 9 sentem que o aprendizado durante o ERE não tem sido tão satisfatório.

Pondera-se então que no geral os estudantes avaliam seu aprendizado numa escala mediana, se comparado ao aprendizado que acreditam que teriam no ensino presencial. Barari et al. (2020) revelam que a tecnologia deve ser vista como um meio de promover o ensino e a aprendizagem, contudo, as estruturas devem seguir diretrizes pedagógicas, sendo as tecnologias meios facilitadores para melhorar as estratégias e os métodos de ensino. Contudo, o planejamento prévio para a prática do ensino remoto se faz necessário, de forma que se atinja resultados efetivos na aprendizagem dos alunos.

A partir deste contexto, questionou-se também se o estudante acredita continuar exercendo sua capacidade crítica/analítica neste novo formato de aula. O entrevistado 1 revela que os fóruns de debate disponibilizados no campus virtual auxiliam a ter um pensamento crítico e sente que

este aspecto é até mais positivo do que se comparado à sala de aula. Em consonância, o entrevistado 2 afirma que os fóruns e a confecção de resenhas auxiliam a desenvolver um pensamento crítico e que muitos professores já direcionam as suas aulas para este posicionamento. O entrevistado 6 afirma que este novo formato de ensino já induz que os estudantes tenham uma posição mais ativa e crítica. Já o entrevistado 10 revela que com o novo formato os professores têm disponibilizado mais artigos para a leitura do que no ensino presencial, o que para ele é um aspecto positivo, pois ao realizar as resenhas referentes às leituras, ele sente que tem propriedade de dar uma análise crítica maior.

Percebe-se que a maioria dos estudantes considera que continua exercendo sua capacidade crítica na modalidade de aulas do ERE. Alguns relataram ainda que o fato de existirem fóruns de debate e momentos de discussão nas vídeo aulas, é algo que tem os forçado a possuir uma visão mais analítica das atividades realizadas.

Dessa forma, também se especulou quais pontos poderiam ser melhorados com relação ao ERE. O entrevistado 1 acredita que todos os professores deveriam utilizar a plataforma do *Google Meet* para a condução das aulas, para que os alunos tirem suas dúvidas e possam dar o *feedback* com relação às aulas. Assim como o entrevistado 5, que também sente a necessidade de um canal além do e-mail e do campus virtual para conversar com o professor. Os entrevistados 6 e 9 também relatam que sentem falta das videoaulas e da interação entre os estudantes e o professor, sendo que o entrevistado 9 ainda ressalta que a aula com o professor é necessária para o entendimento dos conteúdos a serem apreendidos. Para o entrevistado 7, os vídeos explicativos que são gravados pelos professores ajudam muito, mas ele sugere que esta prática seja adotada por todos os docentes.

Constata-se então que a maioria dos estudantes concordam em um principal ponto a ser melhorado na questão do ERE: a interação do professor com os alunos, por meio de vídeo aulas mais explicativas. Shim e Lee (2020) ressaltam que, embora o ensino remoto seja confortável, o mesmo é extremamente desafiador tanto para os estudantes, quanto para os professores, que precisam direcionar esforços para que o nível de aprendizado durante esta modalidade de ensino seja satisfatório.

Ao final, após abordar as questões de autonomia, organização, dificuldades enfrentadas e pontos a serem melhorados no ERE, há o questionamento do que o estudante mais sente falta ao comparar o ensino remoto com o presencial. O convívio com os colegas foi um aspecto abordado, conforme relato dos entrevistados 2, 4 e 8. O entrevistado 2 expõe que sente falta de andar pelo departamento e entrar em contato com os professores em suas salas. O entrevistado 8 também declara que sente falta dos trabalhos em grupo e de passar os intervalos na cantina da

Universidade. Assim como os entrevistados 6 e 10 que sentem falta de ir para a Universidade e relatam a falta de contato com o professor.

Constata-se que os estudantes que compõem essa pesquisa, sentem falta do ambiente que o ensino presencial proporciona, assim como o sentimento de estar realmente dentro de uma sala de aula, interagir com colegas e professores, caminhar pelo campus e até mesmo do espaço de convivência que integra o restaurante universitário e as lanchonetes.

Na perspectiva dos estudantes, percebe-se então, que o ensino remoto é considerado um meio alternativo para a sequência dos estudos em tempos de pandemia, uma vez que propiciou a continuação dos estudos em um tempo de incerteza. Mesmo diante das críticas, os estudantes também ressaltaram pontos positivos como a ampliação da capacidade crítica/analítica, maior autonomia com relação ao processo de ensino-aprendizagem e a continuação de exercícios de reflexão sobre as organizações. Em consonância, Marchisotti, Oliveira e Lukosevicius (2017) afirmam que o ensino remoto deve ser considerado como uma perspectiva de estimular novas formas de aprendizagem, atuando de maneira facilitadora no âmbito educacional e focando no aluno como participante ativo do processo de aprendizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a perspectiva dos estudantes de uma universidade federal sobre o ERE em tempos de pandemia. Mediante a percepção apreendida em torno da tangibilidade e da intangibilidade do serviço educacional ofertado pela Universidade, constata-se que o ERE tem sido uma alternativa viável para a sequência do ensino em administração em tempos de pandemia mesmo diante das críticas. A compatibilidade da oferta do serviço é conveniente com a situação vivenciada e a satisfação dos usuários tem sido alcançada, embora em proporção inferior, se comparado ao ensino presencial.

Nesse sentido, percebe-se a importância em averiguar como foi o processo de implementação do ERE na universidade, bem como conhecer como as disciplinas têm sido conduzidas e a perspectiva de aprendizado pelos alunos, visto que esta modalidade de ensino tem sido operada em um contexto até então desconhecido. Dessa forma, reconhece-se que nem todas as ações e inovações direcionadas para a oferta do ERE foram totalmente assertivas, sendo que a percepção dos estudantes é fundamental para o aprimoramento do serviço.

Com relação ao processo de implementação do ERE, verifica-se a compatibilidade da oferta do ensino remoto com a situação vivenciada, embora com todas as dificuldades apresentadas, os relatos demonstram que a Universidade foi assertiva em adotar o ERE. A respeito da condução das disciplinas, o que se percebe é que esta varia conforme a postura e interação com

o professor. Todavia, de uma maneira geral, é possível dizer que há a disponibilização de textos, vídeos, aulas ao vivo, interação pelo fórum e e-mail. Por fim, analisando-se a perspectiva de aprendizado, os estudantes consideram sua aprendizagem inferior quando comparada ao ensino presencial, em que há uma valorização das discussões que eram realizadas em sala de aula.

Em termos de contribuições gerenciais, destaca-se o papel da organização pedagógica, da participação da coordenação do curso e do emprego das tecnologias da informação e comunicação. Assim, o artigo torna-se um meio de consulta para um melhor gerenciamento da implementação do ERE nas universidades. Através das entrevistas, constata-se que a implementação de cursos, debates e *workshops* sobre autonomia universitária, organização da rotina de estudos poderiam atender positivamente os estudantes. Ao mesmo tempo que, o remanejamento do tempo de aulas e o aumento da interação entre estudante-professor também poderiam gerar maior satisfação aos estudantes. Como contribuições acadêmicas, o artigo traz uma discussão atual e relevante sobre o impacto da Pandemia do Covid-19 no ensino superior de Administração e Administração Pública. Através dos dados obtidos, é possível compreender um pouco mais sobre uma situação atípica, que pode apresentar efeitos futuros sobre o preparo e formação de futuros profissionais.

Vale destacar que a presente pesquisa foi realizada no período inicial da implementação do ERE, logo, existe a possibilidade que a universidade em questão possa ter investido em melhorias em data posterior à pesquisa. Ademais, o presente estudo levou em consideração somente a percepção dos alunos, propiciando uma visão parcial do ERE. Uma vez que são desconhecidas às consequências do ensino remoto emergencial, considerando-se o médio e longo prazo; sugere-se que estudos futuros possam averiguar os impactos causados pela implementação do ensino remoto emergencial na aprendizagem dos estudantes pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

BARARI, N. ZADEH, M. R. KHORASANI, A. ALAMI, F. Designing and validating educational standards for E-teaching in virtual learning environments (VLEs), based on revised Bloom's taxonomy. *Journal Interactive Learning Enviroments*, v.28, 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 79, 1977. 229 p.

BRAY, E.; AOKI, K.; DLUGOSH, L. Predictors of learning satisfaction in Japanese online distance learners. *International Review of Research in Open and Distance Learning*, v. 9, n. 3, 2008.

CALIARI, K. V. Z. ZILBER, M. A. PEREZ, G. Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção. *Revista de Gestão*, v.24, p. 247-255, 2017.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 7, n. 1, 2018.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. *Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KAPASIA, N.; PAUL, P.; ROY, A.; SAHA, J.; ZAVERI, A.; MALLICK, R.; BARMAN, B.; DAS, P.; CHOUHAN, P. Impact of lockdown on learning status of undergraduate and postgraduate students during COVID-19 pandemic in West Bengal, India. *Children and Youth Services Review*, v. 116, set. 2020.

LOURENÇO, C. D. S. Formação ou instrução: reflexões sobre a qualidade no ensino superior de administração. *RACE*, Edição Especial Anpad, p. 81-120, 2013.

MARCHISOTTI, G. G. OLIVEIRA, F. B. LUKOSEVICIUS, A. P. The social representation of distance education from a Brazilian perspective. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.25, n. 96, p. 743-769, jul./set. 2017.

MEC. Diário Oficial da União: Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 05 Jul 2020.

MURPHY, M. P. A. COVID-19 and emergency eLearning: Consequences of the securitization of higher education for post-pandemic pedagogy. *Contemporary Security Policy*, v. 41, n. 3, p. 492-505, 2020.

NISKIER, C. Aulas remotas ou EAD? O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/aulas-remotas-ou-ead/>. Acesso em: 07 Jul 2020.

SHIM, T. E. LEE, S. Y. College students' experience of emergency remote teaching due to COVID- 19. *Children and Youth Services Review*, v. 119, n. 30, p. 2020.

UNESCO. Education: from disruption to recovery. 2020. Disponível em <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 07 Jul 2020.

YANG, D. F.; CATTERALL, J.; DAVIS, J. Supporting new students from vocational education and training: Finding a reusable solution to address recurring learning difficulties in e-learning. *Australasian Journal of Educational Technology*, v. 29, n. 5, p. 640-650, 2013.

Aplicação per capita do percentual mínimo obrigatório de recursos próprios municipais em saúde: quando a legalidade multiplica as desigualdades

Per capita application of the minimum required percent of municipal health own resources: when legality multiplies inequalities

André Chies

Ricardo Reche

Vinícius Fleck Silveira

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de realizar uma análise da relação existente entre o percentual mínimo obrigatório de recursos próprios municipais a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, e seus respectivos valores per capita, nos municípios pertencentes à 5a. Coordenadoria Regional de Saúde, no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa. Como estratégias de pesquisa, lançou-se mão de uma pesquisa documental e de um estudo de caso, utilizando dados secundários disponíveis nas bases de dados do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, bem como dados demográficos disponíveis na base de dados do Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Os resultados demonstram que há considerável desigualdade entre os valores mínimos per capita obrigatórios para ASPS nos diferentes municípios, exibindo uma variação de 447,03%, indo de R\$ 234,47 até R\$ 1.282,63 anuais, evidenciando a fragilidade da mera aplicação de percentual mínimo de recursos próprios como parâmetro para estabelecer o financiamento igualitário do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, considerando as diferentes realidades financeiras existentes nos municípios pesquisados.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde - SUS; Financiamento do Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT: The subject of this article was to make an analysis of the relation existing between minimum municipal financial resources, applied for health funding, and the related per capita values, in the cities of the 5th health region (5a. Coordenadoria Regional de Saúde), in the state

of Rio Grande do Sul. It was a research of a basic kind, with the objective to be describing and exploratory, using a quantitative approach. As researching strategies, there was performed a document research and a case study with secondary data, available in the SIOPS information system (Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde) for the financial data, and DATASUS (Departamento de Informática do SUS) for the demographic data. The results show that there is considerable inequality between the mandatory minimum per capita values for health funding in the different municipalities, showing a variation of 447,90%, ranging from R\$ 234,48 to R\$ 1.283,07 per year, thus highlighting the fragility of merely determine the sustainability of Brazil's Unified Health System – SUS, by a minimum percentage rate of city orçamentary resources, against the different local financial realities, in the analyzed cities.

KEYWORDS: Health; Public Health; Brazil's Unified Health System - SUS; Brazil's Unified Health System Funding;

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde – OMS preconiza a busca pela Cobertura Universal em Saúde, sendo esta caracterizada como a oferta e o acesso a serviços de saúde de alta qualidade, juntamente com a proteção contra risco financeiro de quem necessita destes serviços, tanto que seus estados membros assinaram um compromisso por esta busca no ano de 2005. (WHO, 2013, tradução nossa)

No Brasil “O Sistema Único de Saúde – SUS produziu um progresso substancial na direção de um sistema de Cobertura Universal em Saúde” (MASSUDA; HONE; LELES, 2018, p.1, tradução nossa), definindo as ações e serviços públicos de saúde como um direito garantido a todos os cidadãos e sob a responsabilidade do Estado, determinando que estes serviços sejam integrantes de uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo-se em um sistema único, direcionado ao atendimento integral (BRASIL, 1988). Em adição, seu acesso deverá se dar de forma universal e igualitária para a promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990a). Porém, “fraquezas estruturais, econômicas e políticas, além de políticas de austeridade, que criaram tetos para o crescimento dos gastos públicos, estão prejudicando seus resultados e sustentabilidade.”. (MASSUDA et al., 2018, p.1, tradução nossa)

Não somente para o atendimento regular e integral em saúde, mas também considerando todos os avanços tecnológicos e científicos que surgem constantemente nesta área, quer seja através do desenvolvimento de novos medicamentos, exames ou procedimentos, o SUS necessita de fontes sustentáveis de financiamento que garantam recursos suficientes à manutenção do atendimento igualitário, disponibilizado à toda a população do país sem qualquer tipo de restrição de acesso, seja por condição econômica, social ou de qualquer outra natureza.

Neste sentido, a partir da Constituição de 1988 houveram inúmeros avanços no processo de financiamento, tendo sido implantados diversos modelos de gestão e distribuição de recursos financeiros durante os anos que se seguiram, culminando com a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabeleceu a regulamentação, entre outros, dos valores mínimos de recursos públicos a serem aplicados em saúde pela União, Estados e Municípios, e que definiu os mecanismos de controle a serem utilizados no monitoramento de sua aplicação.

Desde então, os Municípios vêm realizando as ações necessárias para desempenhar seu papel, enquanto participantes da rede integrada do SUS, buscando o cumprimento dos percentuais mínimos, obrigatórios por lei, dos recursos financeiros a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, prestando contas através da divulgação de dados nos sistemas determinados pela legislação, de tal forma a permitir o controle social sobre os gastos realizados e sujeitando-os, também, ao monitoramento e fiscalização do Ministério da Saúde.

Segundo Lima (2005), um dos maiores desafios da implantação do Sistema Único de Saúde é o financiamento. Este autor acrescenta que existem poucos estudos epidemiológicos tratando de informações financeiras na composição dos indicadores de saúde da população.

Neste contexto, para a realização desta pesquisa foram realizadas buscas nos bancos de dados de sites específicos de pesquisa acadêmica (BDTD, Spell e Google Acadêmico) com foco na comparação regional entre os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em saúde e seus respectivos valores per capita, utilizando como termos de busca as expressões “financiamento em saúde”, “despesa per capita em saúde” e “percentual aplicado em saúde”. Porém, não foram encontrados resultados com o foco especificado. Desta forma, justifica-se a relevância deste estudo, que realiza uma análise comparativa da variação per capita dos recursos financeiros a serem obrigatoriamente aplicados em saúde, nos Municípios de uma região, medindo a homogeneidade de sua distribuição e sua efetividade na contribuição para o atingimento do objetivo constitucional de proporcionar um atendimento igualitário em saúde, respondendo à pergunta de pesquisa: o valor financeiro per capita, relativo ao percentual mínimo obrigatório de

recursos próprios municipais para Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, proporciona distribuição igualitária de recursos no SUS?

Este artigo trará, na sequência, referencial teórico que servirá de base para a discussão dos temas abordados, os procedimentos metodológicos, seguidos pelos resultados, discussões e considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir são apresentados alguns conceitos fundamentais, considerando o momento histórico e características gerais da sociedade, permitindo observar a ligação existente entre saúde e saúde pública que, no Brasil, onde a saúde é garantia fundamental assegurada pela Constituição de 1988, tem sua efetivação através do Sistema Único de Saúde - SUS, desenvolvido em um constante processo de descentralização e aperfeiçoamento, na busca pela superação de imensos desafios, entre eles, o do financiamento justo e igualitário.

1.1 O conceito de saúde

Segundo Scliar (2007, p. 37), o conceito de saúde estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, em 7 de abril de 1948, ainda citado com frequência, define que “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Porém, o autor observa que houveram críticas técnicas e políticas a este modelo, que apontaria para uma saúde utópica. Ressalta, ainda, que o Art. 196 da Constituição Brasileira de 1988, o qual cria o direito à saúde, evita discutir o conceito, limitando-se a definir que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

Para Conceição (2015) é necessário o debate em torno dos conceitos distintos de saúde, vinculando-os ao surgimento da saúde coletiva e passando pela saúde pública, cujo sentido integra questionamentos além da perspectiva científica, conforme as particularidades de cada profissional e de cada usuário, conflitantes, muitas vezes, com o discurso acadêmico. Ainda, a autora coloca que, ao longo do tempo, os conceitos sofrem influência dos problemas sociais de cada momento histórico, não podendo o entendimento sobre o que é saúde ser tomado como fato natural e intrínseco ao ser humano.

No Brasil, a partir da década de 1990, com a Reforma Sanitária e a Criação do Sistema Único de Saúde - SUS, adota-se um conceito ampliado de saúde-doença-cuidado, incorporando fatores determinantes sociais, relacionando-os à promoção e proteção da saúde e qualidade de vida individual e coletiva, remodelando a assistência a partir de abordagens teóricas, políticas e ideológicas, em contraposição ao conceito negativo de saúde, como mera ausência de doença. (SANTOS JÚNIOR, 2011).

1.2 Saúde Pública e o Sistema Único de Saúde

No Relatório Mundial de Saúde, emitido pela Organização Mundial da Saúde no ano de 2013, a entidade explana, entre outros, como a resolução adotada por todos os Estados membros, no ano de 2005, abraça as duas facetas da Cobertura Universal em Saúde, centradas na oferta e no acesso aos serviços de saúde. Propõe que estes sejam de alta qualidade, com a proteção contra o risco financeiro de todos que deles precisam, ou seja, evitando o seu empobrecimento ou sua ruína financeira, como parte integrante do bem-estar. Ainda, define Serviços de Saúde, no referido relatório, como sendo os métodos para a promoção, tratamento, reabilitação e alívio, incluindo o cuidado em saúde nas comunidades, centros de saúde e hospitais. O termo, segundo o Relatório, inclui meios de ação sobre determinantes ambientais e sociais, ambos contidos no setor saúde e além deste. Destaca que a proteção contra o risco financeiro é parte do pacote de medidas que proporcionam uma proteção social integral. (WHO, 2013, tradução nossa)

No Brasil, o direito de acesso universal aos serviços de saúde, orientado pelas diretrizes básicas da descentralização, do atendimento integral, da universalização e da participação social, surgiu como resultado da união de pessoas e instituições ao Movimento Sanitarista, que lutava pelos direitos sociais durante a Assembleia Nacional Constituinte, tendo como marco a promulgação da Constituição de 1988, a partir da qual houveram inúmeros avanços, além do surgimento de novos desafios, no sentido de garantir o atendimento em saúde com qualidade e equidade para todos, buscando a Cobertura Universal em Saúde. Antes disso, os serviços de saúde eram limitados aos contribuintes da Previdência Social ou a quem tivesse condições de pagar pelo serviço privado, colocando uma significativa parcela da população à margem do acesso à saúde. (BRASIL, 2015)

As competências de cada esfera governamental estão previstas na Lei Federal nº. 8080, de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que destaca a descentralização político-

administrativa, transferindo poder, competências e recursos aos municípios, num processo de municipalização dos serviços e ações de saúde. (BRASIL, 2009)

Cabe destacar que, na estrutura do Sistema Único de Saúde, são competências comuns à União, aos Estados e aos Municípios as atividades de planejamento, financiamento, normalização, controle, avaliação e divulgação de dados à população. Aos municípios, especificamente, cabe o contato direto e a prestação dos serviços de saúde necessários à sua população adstrita, além da contribuição na implantação das estratégias nacionais, definidas pelo Ministério da Saúde, e no desenvolvimento das políticas regionalizadas, definidas em nível estadual. (BRASIL, 2016)

Em função de haverem, no Brasil, milhares de municípios pequenos (os quais não comportam a existência de serviços de saúde de média e alta complexidade em sua estrutura) e, por outro lado, municípios de maior porte (onde estes serviços podem possuir oferta excedente), constituem-se processos de regionalização, onde os municípios com maior oferta de serviços podem se tornar referências para o atendimento às demandas dos municípios menores próximos. (BRASIL, 2009)

1.3 Financiamento do Sistema Único de Saúde

A Lei Federal No 8.142, de 1990, define a forma de alocação dos recursos do Fundo Nacional de Saúde e a obrigatoriedade de contrapartida municipal aos recursos repassados pela União. Porém, não estabelece, ainda, parâmetros de valores mínimos, colocando como base de planejamento e financiamento os Planos de Saúde, em nível federal, estadual e municipal, condicionando as transferências de recursos financeiros da União, entre outros, ao funcionamento regular do Conselho Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde. (BRASIL, 1990b; BRASIL, 2009)

Somente no ano 2000, doze anos após a inclusão da saúde como direito fundamental, houve uma definição mais clara dos recursos financeiros para o seu financiamento, através da promulgação da Emenda Constitucional nº. 29. Esta Emenda Constitucional torna obrigatória aos entes federados a aplicação de valores mínimos para o financiamento de Ações e Serviços Públicos de Saúde, estabelecendo, para os Municípios, o parâmetro de 15% sobre a arrecadação dos impostos municipais, das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), prevendo aplicação gradativa, atingindo este percentual mínimo, de 15%, apenas depois de 5 anos, em 2005. (BRASIL, 2000; BRASIL, 2009)

A regulamentação dos valores mínimos a serem aplicados em saúde ocorreu com a publicação da Lei Complementar nº. 141, no ano de 2012, na qual foram estabelecidos os critérios

de rateio de recursos entre os entes federados. Adicionalmente, foram esclarecidos os meios de apuração e a forma de cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, determinando, também, que o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) deve ser utilizado para prestação de contas e fornecimento de dados para fiscalização. Foram repetidas algumas normas já estabelecidas na legislação em vigor, a exemplo do percentual mínimo de 15% a ser aplicado pelos municípios e, também, a obrigatoriedade da instituição do Fundo Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e da elaboração do Plano Municipal de Saúde, reforçando, as diretrizes do acesso universal, igualitário e gratuito aos serviços públicos de saúde. (BRASIL, 2012)

Lima (2005) já havia demonstrado que a fiscalização e análise do gasto público em saúde se tornam essenciais à medida que cresce a responsabilidade dos municípios no seu financiamento, constatando a confiabilidade dos dados declarados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) para fins de análise estatística e como base para o planejamento, gestão e controle social do financiamento e do gasto público em saúde.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratório e descritivo, utilizando uma abordagem quantitativa. Como estratégia lançou-se mão da aplicação de pesquisa documental e de um estudo de caso.

Para Yin (2001) o estudo de caso, como estratégia de pesquisa, compreende um método que inclui abordagens específicas à coleta e análise de dados, tendo capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações, podendo ser utilizado em muitas situações, dentre elas a administração pública, incluindo ou mesmo se limitando às evidências quantitativas, para responder a questões nas quais o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, quando o foco se encontra em acontecimentos contemporâneos, não manipuláveis, inseridos em algum contexto da vida real, contribuindo para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, lidando de forma muito importante com o planejamento, a análise e a exposição de idéias, permitindo a verificação, inclusive, da maturação de alguns setores, fazendo-se uma questão do tipo "como" ou "por que" sobre um conjunto de acontecimentos. Assim, o estudo de caso adequa-se aos objetivos desta pesquisa, que buscou respostas sobre como se distribui a despesa obrigatória municipal per capita em saúde e por que esta distribuição é importante no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS.

A escolha da abordagem quantitativa vai ao encontro do objetivo do artigo, por empregar processos metódicos e empíricos em seu esforço para gerar conhecimento. Deste modo, utilizou-se a coleta de dados baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias. De caráter exploratório, este estudo teve como objetivo examinar aspectos pouco estudados do tema proposto, ou seja, a partir da constatação da necessidade de apresentar uma visão geral a fim de esclarecer e modificar conceitos e ideias, possibilita-se a formulação de novos problemas de pesquisa e hipóteses para estudos posteriores, assim como, verifica-se a incidência das modalidades ou níveis de uma ou mais variáveis no contexto apresentado ao longo desta análise. (CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R., 2007; BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S., 2007)

Para responder ao problema de pesquisa antemencionado foi realizada análise do valor per capita correspondente ao percentual mínimo obrigatório de despesas com recursos próprios municipais, a serem realizadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS , conforme determina a Lei Complementar 141/2012, nos 49 municípios pertencentes à 5a. Coordenadoria Regional de Saúde, sediada em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, com dados de janeiro a dezembro de 2017. Este período foi selecionado por acumular todos os dados financeiros do respectivo ano e, ainda, por ser o mais recente disponível para consulta, contendo todos os municípios pesquisados. A região de saúde foi selecionada por ser representativa, contendo 10,41% da população e 9,86% dos municípios do Estado e, ainda, por ser consideravelmente heterogênea quanto à concentração populacional e de receitas municipais.

Como fontes de dados financeiros, foram utilizados os relatórios de cálculo do percentual aplicado em saúde, conforme a Lei Complementar 141/2012, publicados no Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, disponível no endereço eletrônico http://siops.datasus.gov.br/rel_perc_LC141.php?e=2, referentes ao 6o. bimestre do ano de 2017. Este período foi selecionado por acumular todos os dados financeiros do respectivo ano. Destes relatórios foram extraídos os valores de “Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XXVI)”, no “Quadro D - Cálculo das Despesas Próprias em Ações e Serviços Públicos de Saúde, Conforme LC 141/2012”, para cada Município pesquisado.

Como fonte de dados para as informações demográficas foi utilizada a base de dados fornecida pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), disponível no endereço <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptrs.def>, com dados de estimativas de população residente nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul (estimativas para o TCU),

classificados na Macrorregião de Saúde “Serra”, ano de pesquisa de 2017, para coincidir com o período dos dados financeiros obtidos no SIOPS.

Na tabela 1 foram dispostas, sequencialmente, em ordem crescente de população, as informações referentes aos 49 municípios pesquisados. Para cada município foi tabulada a população estimada para o ano de 2017, conforme dados do DATASUS, a Despesa Obrigatória em ASPS para o mesmo ano, conforme dados do SIOPS, bem como foi calculado o respectivo valor per capita. Com a finalidade de possibilitar a comparação entre os municípios, foram extraídos os valores mínimo e máximo de população residente, com o respectivo município, e foram calculados a relação proporcional entre estes valores; o mínimo e máximo do valor total a ser aplicado em ASPS, com respectivo município, a relação proporcional entre estes valores e o coeficiente de Gini para a distribuição; e os valores per capita mínimo e máximo com respectivo município, população residente e a relação proporcional entre estes valores.

Na tabela 2 foi realizada uma estratificação dos municípios, classificando-os segundo faixas populacionais específicas, para possibilitar uma análise estatística compartimentada. A tabulação foi realizada considerando as faixas populacionais de 1 a 2.500, de 2.501 a 5.000, de 5.001 a 10.000, de 10.001 a 25.000, de 25.001 a 50.000, de 50.001 a 100.000 e, de 100.001 a 500.000 habitantes. Nesta classificação foi verificada a quantidade de municípios que se enquadra em cada faixa populacional e a respectiva representatividade percentual destes sobre o total de municípios da região; a população total residente nos municípios de cada faixa populacional e a respectiva representatividade percentual desta sobre o total da população da região; o total da despesa obrigatória em ASPS, bem como a respectiva representatividade percentual deste sobre o total da despesa obrigatória em ASPS da região; e, a média de recursos obrigatórios para ASPS, per capita, nos municípios que se enquadram em cada uma das faixas populacionais avaliadas.

3 RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados obtidos, trazendo inicialmente a Tabela 1, com as informações gerais resultantes da coleta dos dados desta pesquisa, referentes a todos os municípios estudados, seguida de análise com observações e comparativos relevantes sobre os dados observados.

Tabela1 - Relação dos municípios analisados, população estimada, total da despesa obrigatória em saúde e respectivo valor per capita, no ano de 2017.

SEQ

MUNICÍPIO POPULAÇÃO ESTIMADA (DATASUS 2017) DESPESA OBRIGATÓRIA
15%

(SIOPS 2017) PERCAPITA OBRIGATÓRIO 15% (CALCULADO)

1	UNIÃO DA SERRA	1.374	R\$ 1.621.151,10	R\$ 1.179,88
2	GUABIJU	1.600	R\$ 1.503.049,71	R\$ 939,41
3	VISTA ALEGRE DO PRATA	1.611	R\$ 1.897.281,07	R\$ 1.177,70
4	LINHA NOVA	1.712	R\$ 1.465.413,49	R\$ 855,97
5	CORONEL PILAR	1.728	R\$ 1.590.549,98	R\$ 920,46
6	SANTA TERESA	1.780	R\$ 1.457.157,25	R\$ 818,63
7	PROTASIO ALVES	2.034	R\$ 1.678.146,41	R\$ 825,05
8	PINHAL DA SERRA	2.104	R\$ 2.698.654,87	R\$ 1.282,63
9	SÃO VENDELINO	2.154	R\$ 1.824.615,46	R\$ 847,08
10	NOVA PADUA	2.568	R\$ 1.840.937,99	R\$ 716,88
11	MONTE BELO DO SUL	2.689	R\$ 1.834.861,49	R\$ 682,36
12	FAGUNDES VARELA	2.724	R\$ 1.878.220,89	R\$ 689,51
13	SAO JORGE	2.842	R\$ 1.723.541,86	R\$ 606,45
14	BOA VISTA DO SUL	2.859	R\$ 2.274.837,23	R\$ 795,68
15	PINTO BANDEIRA	2.868	R\$ 1.663.360,24	R\$ 579,97
16	ALTO FELIZ	3.040	R\$ 1.911.300,44	R\$ 628,72
17	MUITOS CAPÕES	3.156	R\$ 3.014.123,77	R\$ 955,05
18	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	3.249	R\$ 1.839.568,34	R\$ 566,20
19	ESMERALDA	3.313	R\$ 2.312.093,35	R\$ 697,89
20	VILA FLORES	3.382	R\$ 2.265.220,39	R\$ 669,79
21	CAMPESTRE DA SERRA	3.407	R\$ 2.293.237,15	R\$ 673,10

22	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	3.496	R\$ 2.101.298,90	R\$ 601,06
23	NOVA ROMA DO SUL	3.603	R\$ 2.519.869,29	R\$ 699,38
24	COTIPORÃ	4.000	R\$ 2.254.193,62	R\$ 563,55
25	JAQUIRANA	4.083	R\$ 1.784.792,61	R\$ 437,13
26	NOVA ARAÇÁ	4.471	R\$ 2.419.520,23	R\$ 541,16
27	PICADA CAFÉ	5.595	R\$ 2.478.473,93	R\$ 442,98
28	VALE REAL	5.638	R\$ 1.866.769,37	R\$ 331,10
29	IPE	6.482	R\$ 2.527.733,31	R\$ 389,96
30	PARAI	7.404	R\$ 2.954.852,14	R\$ 399,09
31	NOVA BASSANO	9.599	R\$ 4.392.231,54	R\$ 457,57
32	BOM JESUS	11.773	R\$ 4.202.985,93	R\$ 357,00
33	BOM PRINCIPIO	13.189	R\$ 4.129.817,36	R\$ 313,13
34	FELIZ	13.273	R\$ 4.062.520,05	R\$ 306,07
35	ANTONIO PRADO	13.306	R\$ 4.278.462,85	R\$ 321,54
36	NOVA PETROPOLIS	20.675	R\$ 6.430.838,56	R\$ 311,04
37	SÃO MARCOS	21.364	R\$ 8.030.893,44	R\$ 375,91
38	GUAPORE	24.836	R\$ 7.222.707,90	R\$ 290,82
39	VERANOPOLIS	25.073	R\$ 8.420.364,68	R\$ 335,83
40	NOVA PRATA	25.559	R\$ 8.672.118,80	R\$ 339,30
41	CARLOS BARBOSA	28.091	R\$ 12.501.172,69	R\$ 445,02
42	FLORES DA CUNHA	29.603	R\$ 10.552.438,92	R\$ 356,47
43	GARIBALDI	33.624	R\$ 12.113.058,53	R\$ 360,25
44	GRAMADO	35.047	R\$ 19.830.523,73	R\$ 565,83
45	CANELA	43.062	R\$ 11.812.445,17	R\$ 274,31
46	VACARIA	65.397	R\$ 15.333.712,11	R\$ 234,47
47	FARROUPILHA	69.542	R\$ 19.769.006,83	R\$ 284,27

48	BENTO GONÇALVES	115.069	R\$ 35.024.381,89	R\$ 304,38
49	CAXIAS DO SUL	483.377	R\$ 131.662.042,59	R\$ 272,38

Fonte: Elaboração própria (2019)

Nos dados constantes na Tabela 1, observou-se que a população residente varia de um mínimo de 1.374 habitantes, no município de União da Serra, a um máximo 351,80 vezes maior, de 483.377 habitantes, no município de Caxias do Sul. Em adição, constata-se que os recursos financeiros municipais obrigatórios totais, a serem aplicados em ASPS, variam de um mínimo de R\$ 1.457.157,25 anuais, no município de Santa Tereza, a um máximo, 90,35 vezes maior, de R\$ 131.662.042,59 anuais, no município de Caxias do Sul. Sobre estes mesmos recursos, considerando toda a distribuição, o coeficiente de Gini calculado foi de 0,64.

Já quando a análise recaiu sobre os valores per capita, ficou demonstrado que o menor valor para ASPS é o do município de Vacaria, calculado em R\$ 234,47 anuais, com uma população residente de 65.397 habitantes. Em contraste, o maior valor per capita pertence ao município de Pinhal da Serra, calculado em R\$ 1.282,63 anuais, para uma população de 2.104 habitantes, atingindo uma variação de 447,03%.

A tabela 2, exposta a seguir, traz a estratificação dos municípios, com a classificação em faixas populacionais específicas, verificando a representatividade proporcional de cada um destes estratos sobre os respectivos totais.

Tabela 2 - Estratificação por faixa populacional, totais de população, despesas obrigatórias e médias per capita, no ano de 2017.

Total Média Per Capita

Faixa Populacional

Municípios

População	Despesa Obrigatória Em ASPS	
1 a 2.500	9	18,37%
2.501 a 5.000	17	34,69%

16.097 1,37% R\$ 15.736.019,34 4,04% R\$ 982,98

55.750 4,73% R\$ 35.930.977,79 9,21% R\$ 653,17

5.001 a 10.000	5	10,20%	34.718	2,95%	R\$ 14.220.060,29	3,65%	R\$ 404,14
10.001 a 25.000	7	14,29%	118.416	10,05%	R\$ 38.358.226,09	9,84%	R\$ 325,07
25.001 a 50.000	7	14,29%	220.059	18,67%	R\$ 83.902.122,52	21,52%	R\$ 382,43
50.001 a 150.000	3	6,12%	250.008	21,22%	R\$ 70.127.100,83	17,98%	R\$ 274,37
> 150.000	1	2,04%	483.377	41,02%	R\$ 131.662.042,59	33,76%	R\$ 272,38
TOTAL	49	100,00%	1.178.425	100,00%	R\$ 389.936.549,45	100,00%	

Fonte: Elaboração própria (2019)

Nos dados estratificados constantes na Tabela 2 observou-se que a maior quantidade de municípios da região analisada enquadra-se na faixa que vai de 2.501 a 5.000 habitantes, com 17 municípios, ou seja, 34,69% do total. Restou evidente, também, que 48 municípios se enquadram em uma faixa populacional de 1 até 150.000 habitantes, representando 97,96% do total, sendo que 1 município possui mais de 150.000 habitantes, representando 2,04% do total. Em adição, constatou-se que 9 municípios, representando 18,37% do total, possuem uma população de até 2.500 habitantes.

Quanto à população residente, a análise demonstrou uma região que contemplava

1.178.425 habitantes, dos quais 483.377 residiam em um único município, o que representa 41,02% do total, ficando os demais 695.048 habitantes distribuídos entre as 48 cidades restantes, representando 58,98% da população total.

O volume total de recursos municipais obrigatórios para aplicação em ASPS observado foi de R\$ 389.936.549,45. Deste total, um montante de R\$ R\$ 131.662.042,59 são derivados de aplicação obrigatória no maior município da região.

Na análise realizada sobre as médias de recursos obrigatórios para ASPS, per capita, observou-se que o maior valor médio ocorre nos 9 municípios menores, com população entre 1 e 2.500

habitantes, concentrando 1,37% da população e 4.04% da despesa obrigatória total da região, onde a despesa obrigatória média ficou em R\$ 982,98 por habitante/ano. Nos demais municípios a média de despesa obrigatória cai gradativamente, conforme aumenta a população residente, até chegar ao maior município, com 483.377 habitantes, com 41,02% da população e 33,76% da despesa obrigatória total da região (onde a despesa obrigatória ficou em R\$ 272,38 por habitante/ano).

CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, esta pesquisa permitiu observar que o Brasil se alinha à Organização Mundial da Saúde na busca por um sistema de cobertura universal de saúde, tendo como marco no progresso do seu desenvolvimento a promulgação da Constituição de 1988, quando foi criando o Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo saúde integral, gratuita e igualitária para toda a população do país, sob responsabilidade do Estado.

Desde então, vem sendo trabalhado um processo gradativo de descentralização, levando aos estados e municípios a responsabilidade pela realização das atividades de saúde que atendem à população de seus territórios adstritos, ficando sob a responsabilidade destes a oferta de serviços conforme suas demandas locais, avaliadas em conjunto com a comunidade através dos Conselhos Municipais de Saúde e demais instâncias de gestão do SUS. Além disso, também vem sendo construídas estruturas regionalizadas para proporcionar atendimento às demandas de maior complexidade, considerando economia de escala e necessidades regionais.

Restou evidente, também, que o processo regulatório do SUS tem sido gradativo, ao longo dos anos, sendo que após a promulgação da Constituição de 1988 foram editadas emendas à Constituição e inúmeros outros instrumentos legais infra constitucionais, sendo que a regulação do financiamento do SUS ocorreu somente em 2012, com a publicação da Lei Complementar No. 141 – LC 141/2012, considerada um marco importante na garantia dos recursos financeiros necessários para suprir o atendimento regular em saúde, além de dar conta dos recursos necessários para a oferta de novos serviços, considerando os avanços tecnológicos e científicos da área. Para isto, a LC 141/2012 define as responsabilidades de cada ente federado no financiamento do SUS, estabelecendo, para os municípios, a obrigatoriedade da aplicação de, no mínimo, 15% da arrecadação municipal de impostos diretos e indiretos, sem levar em conta qualquer outro fator.

Apesar de ser importante instrumento de garantia dos recursos mínimos para a saúde, a LC 141/2012 demonstrou-se frágil e superficial quanto ao método de cálculo utilizado, pois não

considera, sob nenhum aspecto, a enorme variação na arrecadação de impostos existente entre os municípios, bem como nenhum outro fator determinante social. Desta forma, na observação dos valores mínimos per capita, obrigatórios para aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS, nos 49 municípios que compõem a 5a. Região de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, sob a ótica da distribuição igualitária, o resultado observado foi que a efetiva aplicação da norma legal potencializa as desigualdades existentes, privilegiando consideravelmente o atendimento à população dos municípios cuja arrecadação de impostos é proporcionalmente maior, deixando a descoberto aqueles em que a arrecadação per capita é menor, notadamente nos municípios com maior população.

Esta deficiência legal na promoção do financiamento igualitário do SUS tem reflexo direto na quantidade e na qualidade dos serviços ofertados ao cidadão, contribuindo de maneira significativa para a precariedade que ainda se apresenta em diversos setores da saúde pública, sobretudo nos maiores municípios, atingindo de maneira cruel a população mais pobre, que não tem como pagar por planos privados, tendo sua dignidade atacada nos momentos de maior fragilidade, quando o desespero diante da doença e a impotência humilhante das famílias acaba tendo por consequência o agravamento das enfermidades e até mesmo a morte de um ente querido, seja pela falta de atendimento ou pela carência dos recursos necessários ao tratamento adequado.

Da análise crítica dos efeitos da aplicação da LC 141/2012, conclui-se, que cabe um processo de revisão da norma legal no sentido de determinar um método de cálculo de aplicação de recursos financeiros municipais que seja capaz de contemplar fatores determinantes sociais como renda per capita, PIB per capita, população residente, entre outros, indo além de simplesmente utilizar como parâmetro a receita de impostos do próprio município. Também, na norma legal, acredita-se que caberia a inserção de mecanismo que promovesse a distribuição de recursos entre os municípios, através de criação de fundo específico, de forma a proporcionar o atendimento em saúde de forma igualitária, levando a cada cidadão, independentemente do local onde resida, uma oferta equânime de ações e programas para a promoção e manutenção de sua saúde.

Como sugestões para novas pesquisas pode-se elencar a realização desta mesma análise, utilizando como base os dados referentes a municípios de outras regiões de saúde, considerando outras realidades financeiras e sociais. Também poderia ser verificado quanto os municípios investem em saúde além dos recursos obrigatórios da LC 141/2012 e, como forma de expandir a análise, sugere-se, ainda, a realização de estudo para verificar o impacto dos custos

administrativos sobre o valor gasto em saúde, verificando quanto é de fato revertido em ações e serviços e o peso proporcional dos custos administrativos em função do tamanho dos municípios.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2007. 158 p.

BRASIL. Constituição (1988.) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL No. 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília, 13 set. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm. Acesso em: 18 novembro 2018.

BRASIL. Ferramentas para diagnóstico e qualificação de investimentos em saúde / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 124 p.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR No. 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília, 13 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 11 novembro 2018.

BRASIL. LEI No. 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 19 set. 1990a.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 11 novembro 2018.

BRASIL. LEI No. 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 18 novembro 2018.

BRASIL. Manual de Planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.

BRASIL. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 46 p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p.

CONCEIÇÃO, H. R. M.; De soslaio para a Saúde Coletiva – o caso do conceito de saúde. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4892>.

Acesso em: 16 novembro 2018.

LIMA, C.R.A.L.; Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde: confiabilidade e uso das informações na construção de um perfil dos municípios brasileiros. 2005. 77 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5282>. Acesso em: 16 novembro 2018.

MASSUDA, A.; HONE, T.; LELES, F.A.G.; et al. The Brazilian health system at crossroads: progress, crisis and resilience. *BMJ Glob Health*, 2018. 3:e000829. doi:10.1136/bmjgh-2018-000829. 8 p.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel de Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

SANTOS JÚNIOR, J.S.; O Conceito Ampliado de Saúde e a Formação de Nível Superior em Odontologia. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8810>. Acesso em: 16 novembro 2018.

SCLIAR, M.; História do Conceito de Saúde. *Physis: Rev. De Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03>. Acesso em: 16 novembro 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). The world health report 2013: research for universal health coverage. Geneva: WHO Press, 2013. 213 p.

Processo Criativo: percepção dos profissionais da área de consumo da indústria criativa

Creative Process: perception of professionals in the consumption area of the creative industry

Franciele Nicolodi Boscaini

Francine Nicolodi

Adriana Locatelli Bertolini

Ricardo Antonio Reche

Delci Fátima Meneghetti Casagrande

RESUMO

A criatividade é uma característica do ser humano, representando uma alternativa que visa identificar lacunas sociais que requerem soluções diferenciadas. A indústria criativa encontra-se no centro desta economia com sua produção pautada pela geração de ideias através da criatividade, entendida como uma competência e talento desenvolvido pelo trabalhador criativo. O objetivo do presente estudo consiste em identificar o perfil destes profissionais criativos, as características comuns entre eles, e quais as etapas recorrentes nos seus processos criativos. A metodologia aplicada a este artigo foi uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório descritivo. A coleta de dados foi realizada a partir de um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas, elaborado pelas autoras a partir do referencial teórico e aplicado a 6 profissionais criativos, no período de outubro de 2019. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, baseada em sete categorias a priori: preparação, incubação, inspiração, verificação, indivíduo, domínio e campo. Através da análise de conteúdo dos dados coletados, percebe-se que, mesmo involuntariamente, os profissionais possuem e desenvolvem seu processo de criação através de etapas, merecendo destaque, a fase de preparação, por ser aquela que proporciona maior contato com informações e necessidades de clientes e de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Criativa. Criatividade. Processo Criativo. Trabalhador Criativo.

INTRODUÇÃO

De acordo com Bendassolli *et al.* (2009) a partir da década de 90 foram percebidas mudanças sociais e econômicas na forma de produção e consumo de bens e serviços, dando espaço ao surgimento de indústrias com produção baseada no conhecimento e na criatividade, a fim de gerar um produto com valor econômico e social. Ainda segundo o autor, os avanços tecnológicos e a automatização da produção são hoje os diferenciais competitivos das indústrias, porém exigem novas competências e habilidades para manuseá-las. Para além de uma economia baseada no capital e trabalho com produção em massa, é necessário pensar numa economia que valorize o capital intelectual do indivíduo.

Neste novo cenário, o indivíduo consumidor aparece, interessado em atender suas necessidades básicas, e garantir qualidade de vida (FIRJAN, 2020). A tecnologia proporciona comunicação rápida e acessível, sendo através dela que o consumidor consegue comparar produtos e serviços de forma prática, estando livre para optar pelo item que melhor atenda sua demanda. As indústrias precisam estar atentas a isto, buscando uma visão orientada para o cliente e sua necessidade (FIRJAN, 2020).

Este ambiente de mudança é propício para o surgimento da economia diferenciada, que visa atender estas novas configurações. A tecnologia e este novo perfil de consumidor, aliados ao surgimento de novas formas de comunicação e das mídias sociais, são impulsionadores desta nova forma de economia, identificada como um conjunto de atividades, que se baseiam no conhecimento e criatividade, gerando um produto intangível, com valor econômico, social estimulando geração de emprego e renda, promovendo inclusão social e cultural (UNCTAD, 2010).

A indústria criativa encontra-se no centro desta economia. Sua produção está pautada na geração de ideias através da criatividade, entendida como uma competência e talento desenvolvido pelo trabalhador criativo. Isso possibilita a formação da propriedade intelectual humana (BENDASSOLLI *et al.*, 2009).

Segundo a FIRJAN (2020), são 13 os segmentos da indústria criativa, divididos em 4 áreas: consumo, cultura, mídias e tecnologia. Em 2017, o Brasil totalizou 245 mil estabelecimentos da indústria criativa, com 837,2 mil profissionais empregados. A área do consumo é a que mais emprega totalizado 43,8% dos trabalhadores, sendo representada pelos segmentos de moda, design, arquitetura, publicidade e marketing, sendo esta área criativa, o objeto de nosso estudo.

Este artigo tem como objetivo principal analisar como os profissionais da indústria criativa, da área de consumo, percebem e caracterizam o seu processo criativo. Pretende-se identificar o perfil destes profissionais, as características comuns entre eles, e se há etapas recorrentes nos seus processos criativos.

Através de uma pesquisa junto as plataformas digitais acadêmica, Scientific Electronic Library (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados estudos sobre a indústria criativa e sua relação com a criatividade e o processo criativo em diversos segmentos. Optou-se por estas duas plataformas, por concentrarem teses, dissertações e artigos científicos bem avaliados pelas Capes Qualis, e por serem as principais plataformas recomendadas, através de uma pesquisa simples no Google acadêmico.

Serão abordados os temas da indústria criativa, conceito e caracterização, fazendo um recorte para as indústrias criativas no Brasil e do Rio Grande do Sul, abordando números do setor, empregos, remuneração média, número de empresas, segmentos que a compõem e participação no PIB. Ainda, como referencial teórico, aborda-se a criatividade (conceitos e caracterizações), o processo criativo (etapas, estímulos e barreiras para o seu desenvolvimento) e as dimensões da criatividade.

Na sequência, serão descritos os procedimentos metodológicos e as considerações finais da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Indústrias criativas: definição e características

Foi em 1990, na Austrália, que o termo indústria criativa surgiu, ganhando força na Inglaterra, em 1997. Seu surgimento está ligado às grandes mudanças sociais e econômicas de mercado, as quais trouxeram foco no setor de serviços, e num processo produção baseada no conhecimento e criatividade do indivíduo (BLYTHE, 2001; BENDASSOLLI *et al.*, 2009; UNCTAD, 2010).

Mesmo sendo um conceito ainda em construção (UNCTAD, 2010), a indústria criativa é o núcleo da economia criativa, e está baseada no conhecimento, criatividade e inovação, gerando através da propriedade intelectual um produto ou serviço com valor econômico e social. Desta forma, a criatividade aparece como elemento fundamental para indústria criativa (BENDASSOLLI *et al.*, 2009; UNCTAD, 2010; DCMS, 2016).

A partir da XI Conferência Ministerial das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 2004, a indústria criativa assume este papel de atividade econômica, com produção de bens e serviços que dependem da propriedade intelectual de seu criador, visando mercado, sendo considerada um novo setor econômico e dinâmico no comércio mundial (UNCTAD, 2010).

As evoluções tecnológicas, e uma mudança significativa no perfil do consumidor são as grandes responsáveis pelo surgimento da indústria criativa, e seu rápido crescimento na economia. As facilidades de se obter informações através da internet e das mídias digitais, fazem com que o consumidor busque maior interação e participe na elaboração de produtos que satisfaçam suas necessidades (UNCTAD, 2010; FIRJAN, 2019).

Conforme Bendassolli *et al.* (2009) as características das Indústrias Criativas podem ser agrupadas em três grandes grupos: forma de produção tendo como base a criatividade, através da valorização da arte pela arte, estimulando a utilização de novas tecnologias através de equipes multifuncionais; características do produto, abrangendo a variedade infinita, perenidade e a diferença através da verticalização dos produtos, e a característica do consumo que engloba a instabilidade da busca por algum produto sendo de caráter cultural.

Já conforme a UNCTAD (2010), a indústria criativa pode ser classificada em quatro grandes grupos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. Dentro de cada grupo, existem subgrupos com as atividades / indústrias criativas, assim distribuídas: patrimônio (expressões e locais culturais); artes (visuais e cênicas, audiovisuais); mídia (editoras e impressos); e criações funcionais (design, novas mídias, serviços criativos). Esta classificação diferencia as atividades culturais tradicionais, representadas nos grupos do patrimônio e artes, das atividades relacionadas diretamente com o mercado, ou seja, mídias, publicidade e editoras, as quais pertencem aos grupos de mídia e criações funcionais (UNCTAD, 2010).

No Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2020), foi precursora no tema das indústrias criativas nacionais, e desde 2008 é responsável pela elaboração do Mapeamento da Indústria Criativa. O documento também traz uma classificação, considerando 13 segmentos criativos, agrupados em quatro grandes áreas criativas, conforme figura abaixo:

Figura 1: Cadeia da Indústria Criativa no Brasil

Indústria Criativa (Núcleo)			
Consumo	Cultura	Mídias	Tecnologia
Publicidade & Marketing: Atividades de publicidade, marketing, pesquisa de mercado e organização de eventos.	Expressões Culturais: Artesanato, folclore, gastronomia.	Editorial: Edição de livros, jornais, revistas e conteúdo digital.	P&D: Desenvolvimento experimental e pesquisa em geral exceto biologia.
Arquitetura: Design e projeto de edificações, paisagens e ambientes. Planejamento e conservação.	Patrimônio & Artes: Serviços culturais, museologia, produção cultural, patrimônio histórico.	Audiovisual: Desenvolvimento de conteúdo, distribuição, programação e transmissão.	Biotecnologia: Bioengenharia, pesquisa em biologia, atividades laboratoriais.
Design: Design gráfico, multimídia e de móveis	Música: Gravação, edição e mixagem de som; criação e interpretação musical.		TIC: Desenvolvimento de softwares, sistemas, consultoria em TI e robótica.
Moda: Desenho de roupas, acessórios e calçados e modelistas.	Artes Cênicas: Atuação; produção e direção de espetáculos teatrais e de dança.		

Fonte: FIRJAN (2020)

Para Oliveira (2016), por se tratar de um trabalho baseado em projetos, as indústrias criativas precisam absorver profissionais criativos, capacitados para entender as diversas demandas que possam surgir, e com habilidades para trabalhar com as equipes envolvidas em cada projeto a ser executado. Esta classe criativa é representada por diversos profissionais, oriundos dos campos da ciência, engenharia, arquitetura, design, educação, artes, entretenimento. São considerados criativos porque valorizam a criatividade, apontam tendências, identificando e aproveitando oportunidades através do mundo digital, pautando em valores como individualidade, meritocracia, diversidade e abertura (UNCTAD, 2010; FIRJAN, 2020).

Para Sánchez *et al.* (2017) os recentes estudos do mercado de trabalho das indústrias criativas apontam não apenas uma maior exigência em sua qualificação, por se tratarem de ocupações técnicas e de alta complexidade, mas também, deixam aparente uma necessidade de se reconhecer o consumidor final deste produto, entendendo quais são suas expectativas e comportamentos diante do mercado.

1.2 Indústrias criativas no Brasil

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), é pioneira no mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, ao lançar em 2008 um relatório, através de seu núcleo de pesquisa e estatística, revisado a cada dois anos, com o objetivo de avaliar os números deste setor, relacionando quantidade de estabelecimento, postos de trabalho, remuneração dos profissionais criativos, e qual o impacto destes números na economia do país (FIRJAN, 2020).

A cadeia de Indústria Criativa do Brasil é dividida em quatro áreas criativas: consumo, cultura, mídias e tecnologia. Em cada área criativa estão distribuídos os treze segmentos criativos classificados pela FIRJAN, quais sejam: na área de consumo (publicidade e marketing; arquitetura; design; moda); na área da cultura (expressões culturais; patrimônio & arte; música; artes cênicas); na área de mídias (editorial; audiovisual); e na área de tecnologia (pesquisa & desenvolvimento; biotecnologia; TIC) (FIRJAN, 2020).

Sob a ótica da produção, em 2017 houve uma expansão de 2,5% sobre os números apresentados em 2015. Já a participação do Produto Interno Bruto (PIB) Criativo na Economia representou 2,61% de toda riqueza gerada, apontando uma estabilização junto à economia nacional, visto que, nos últimos quatro anos, a participação girou em torno de 2,62%. Mesmo diante deste cenário, a geração de valor perante a economia brasileira permaneceu relevante, e totalizou em 2017, R\$171,5 bilhões (FIRJAN, 2020).

Analisando a participação da Indústria Criativa junto aos PIBs estaduais, destacaram-se São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que ficaram com suas participações acima da média nacional, apresentando 3,9%, 3,8% e 3,1% respectivamente. Ainda segundo a FIRJAN (2020) se comparados aos números apresentados em 2015, os estados de Santa Catarina, Amazonas, Pernambuco, Ceará e Amapá demonstraram crescimento em suas participações no PIB, enquanto 14 estados apresentaram retração, entre eles, o Rio Grande do Sul.

O Mapeamento da Indústria Criativa 2017 trouxe, também, números relevantes quanto ao mercado de trabalho, com destaque à área de consumo, que emprega hoje 43,8% dos trabalhadores criativos, seguida pela tecnologia com 37,1%, cultura com 7,7% e as mídias com 11,4%. Analisando os treze segmentos da Indústria Criativa, Publicidade e Marketing registrou maior avanço na contratação formal de trabalhadores criativos, foram 150,8 mil, que representa um aumento de 9,5% sobre o total registrado em 2015. (FIRJAN, 2020).

No que se refere à remuneração dos trabalhadores criativos, a média salarial em 2017 continua apresentando valores superiores à média dos trabalhadores em geral atingindo o valor de R\$6.801,00. O mapeamento também destaca que a desigualdade salarial apresentada entre as áreas vem diminuindo, “uma vez que os maiores aumentos ocorrem nos segmentos com menor remuneração média” (FIRJAN, 2020, p.15).

Ainda sobre emprego e remuneração dos trabalhadores criativos, o Mapeamento apresenta uma mudança na estrutura trabalhista, a chamada “pejotização”, isto é, o surgimento de autônomo ou pessoa jurídica (PJ), os quais são contratados para substituir mão de obra de pessoas físicas. A criação de novos modelos de negócios, o avanço das tecnologias que possibilitam a conectividade global, as mudanças culturais que refletem maior flexibilidade e liberdade ao consumidor formam um cenário perfeito para o surgimento desta nova forma de contratação (FIRJAN, 2019).

Esse movimento vem sendo percebido como recorrente na Indústria Criativa, devido a demanda e projetos específicos (que não geram um fluxo de trabalho contínuo, mas sim uma demanda flexível) e que precisam de diversos profissionais cada qual qualificado em sua profissão. Em 2017, os PJs criativos eram 4,4%, enquanto o total dos PJs da economia brasileira eram 0,9% (FIRJAN, 2020).

1.3 A indústria criativa no estado do Rio Grande do Sul

Segundo dados do Mapeamento da Indústria Criativa de 2017 elaborado pela FIRJAN (2020), o Rio Grande do Sul aparece entre os estados com participação no PIB criativo superior à média nacional (que é de 1,8%). Em números, o RS gerou um PIB criativo de R\$7,7 bilhões, ou seja, 1,9% de toda riqueza produzida, advém da Indústria Criativa.

No que se refere à emprego, o Rio Grande do Sul registrou em 2017, a contratação de 55.499 mil trabalhadores criativos, distribuídos pelos treze segmentos da Indústria Criativa, merecendo destaque a área de consumo, que empregou 45,9% destes profissionais. O design merece destaque, pois empregou cerca de 7.428 mil trabalhadores criativos gaúchos, enquanto publicidade e marketing contrataram 6.976 mil; seguidos por arquitetura com 5.912 mil e moda com 5.152 mil (FIRJAN, 2020).

Quanto à remuneração dos trabalhadores criativos gaúchos, em 2017, a média de R\$4.929,00 estadual, fica abaixo da média salarial nacional, porém representa mais que o dobro da média salarial praticada no mercado de trabalho gaúcho, de forma geral (R\$2.725,00) (FIRJAN, 2020). Em especial, no Rio Grande do Sul, a Secretaria de Cultura em parceria com demais secretarias lançou o programa RS Criativo, com o objetivo de fomentar e desenvolver as indústrias criativas gaúchas, através de cursos, seminários, e um espaço destinado ao atendimento destes empreendedores criativos.

1.4 Indústria criativa e economia criativa

A Economia Criativa é uma parte da economia que tem seu valor agregado com elementos intangíveis. É um modelo de negócio que tem como foco o capital intelectual humano para produção de ativos criativos, baseados na criatividade, na cultura, no conhecimento e na inovação (NÚÑEZ, 2016). Seu conceito é sustentado por quatro princípios norteadores, voltados aos aspectos econômicos, culturais e sociais: a diversidade cultural, sustentabilidade como fator de desenvolvimento, inovação e inclusão produtiva (FURTADO, 2015).

Em acréscimo, deve ser analisada a partir de três dimensões principais: a indústria criativa (representada pelas atividades profissionais e econômicas, que tem na criatividade e nas ideias, sua geração de valor), as atividades relacionadas (profissionais ou estabelecimentos que fornecem recursos humanos e materiais para a indústria criativa) e as estruturas de apoio (promotoras indiretas também de mão de obra e serviços para o núcleo criativo). (UNCTAD, 2010; NÚÑEZ, 2016).

1.5 Conceitos sobre criatividade

Existem diversos conceitos e estudos em torno da criatividade. Como substantivo, pode ser considerada um fenômeno que serve para comunicar algo novo. Este fenômeno, representa uma característica fundamental do ser humano. Pode ser encarada também como uma alternativa, que visa identificar quais são as lacunas sociais que requerem soluções diferenciadas (RÊGO, 2018).

A criatividade também é considerada um processo que gera ideias necessárias para atender necessidades, ou algo que nunca havia sido pensado antes. Este processo pode ser individual ou social, tendo presente alguns elementos essenciais, tais como: características da personalidade, habilidades cognitivas e elementos ambientais. Para que de fato, o pensamento criativo ocorra, é necessária uma interação harmônica entre estes elementos (WECHSLER, 1998; RÊGO, 2018).

Em adição, pode-se dizer que a criatividade é inerente à condição humana, e estando acompanhada de conhecimento proporciona a criação de bens e serviços diferenciados, com valor agregado. Além disso, pode oferecer experiências únicas, aflorar emoções, tornando-se um diferencial competitivo para empresas (GOMES, LAPOLLI, 2004; FORMIGA SOBRINHO, 2012; SÁNCHEZ, 2017; PATRÍCIO, 2017).

Independentemente do conceito, não há dúvida de que a criatividade é um elemento fundamental, sobretudo nas indústrias criativas. Dependendo da forma e para que ela for

utilizada, possui algumas características em seu processo: criatividade artística (baseada na imaginação), criatividade científica (através da curiosidade e experimentação) e criatividade econômica (que proporciona a inovação e tecnologia, visando vantagens competitivas ao negócio) (UNCTAD, 2010; OLIVEIRA, ARAUJO, SILVA, 2013).

Desta forma, o conceito de criatividade está relacionado com o conceito de inovação, mas está incorreto dizer que estes dois conceitos são a mesma coisa. Ao passo que a criatividade é processo de geração de ideias, a inovação é a aplicação comercial destas (MUZZIO, PAIVA JÚNIOR, 2018). Significa dizer que o pensamento criativo só ganha valor se houver a geração de uma inovação que vai atender as necessidades de mercado (PAROLIN, 2008).

Atualmente as empresas buscam cada vez mais fidelizar os clientes, proporcionando satisfação e comodidade, com experiências únicas e carregadas de emoções. Percebe-se o investimento das empresas na capacitação e vivências que possibilitem aos seus funcionários o estímulo à inteligência criativa como ferramenta estratégica (FORMIGA SOBRINHO, 2012; GOMES, LAPOLLI, 2014; SÁNCHEZ, 2017).

Alguns fatores importantes podem ser relacionados à criatividade, ou seja, que fatores determinam o indivíduo criativo; quais são os métodos que podem estimular a criatividade; quais são as etapas de um processo criativo; quais são os fatores que evidenciam a ideia criativa, e de que forma lidar com as mudanças criativas para superar dificuldades e necessidades humanas (PATRÍCIO, 2017).

1.6 Processo de criação: conceitos e fases

Existem diversas etapas que ajudam a descrever o processo criativo. Ele pode ser considerado um percurso com estágios que precisam ser concretizados para que a geração de ideias, através da criatividade, aconteça. Estes estágios passam por fases de questionamento, conhecimento, assimilação de dados, descanso, geração de ideias, seleção e proposição da ideia final (PATRÍCIO, 2017).

A primeira fase do processo criativo é a preparação. Esta fase assume um caráter exploratório, pois é aqui que ocorre a coleta de todos os dados para identificar a demanda apresentada, levando-se a efeito através de leitura, pesquisa, questionamentos, consultas, discussão e concentração sobre o assunto. Apropriar-se do maior número de dados possíveis nesta fase pode trazer uma solução assertiva e imediata ao problema apresentado (BARRETO, 2004; LAURINDO E D'ÁVILA, 2007; BRAGA *et al.*, 2018).

A partir disso, o inconsciente inicia o processo de organização das ideias. É na

incubação que o indivíduo criativo relaxa, deixando seu inconsciente elaborar as conexões necessárias para a criação (BARRETO, 2004; LAURINDO E D'ÁVILA, 2007). Nesta fase, Barreto (2004) indica que é importante abandonar por um instante os pensamentos do consciente, deixando o inconsciente agir. Levar uma “vida normal”, ou seja, ir ao cinema, ouvir música, ler, jogar e demais atividades que promovam distração e prazer ao indivíduo podem contribuir para este processo.

A próxima fase refere-se à iluminação ou inspiração, a qual baseia-se pelo trabalho do consciente e do inconsciente. É nesta fase que surge a ideia, porém a mesma só será assertiva se ocorrer um longo período de preparação e o trabalho do inconsciente (BARRETO, 2004; LAURINDO; D'ÁVILA, 2007). Após o surgimento da ideia, é a hora de colocá-la em prática. Esta é a fase da verificação, sendo indispensável para o processo criativo. É neste momento em que tudo volta ao consciente e que o intelecto deve terminar o que a imaginação começou (BARRETO, 2004; LAURINDO; D'ÁVILA, 2007).

Persistência e resistência são duas características importantes à pessoa criativa. Estas lhe ajudam a enfrentar as dificuldades que possam emergir, de modo a conseguir aceitação social frente a suas ideias. A inteligência é fundamental, também, para auxiliar na capacidade de síntese (entender o problema e onde se quer chegar para resolvê-lo), de capacidade analítica (para identificar as ideias a serem exploradas) e de competência prática (para pô-las em prática, e convencer que as mesmas são valiosas) (SOUSA *et al.*, 2015). Propensão para correr riscos, autoconfiança, autoestima, coragem e perseverança são algumas características igualmente visíveis na personalidade de uma pessoa criativa (SOUSA *et al.*, 2015).

Laurindo e D'Ávila (2007) destacam que o cérebro é a nossa máquina de ideias, e, portanto, todo ser humano tem potencial para o desenvolvimento da criatividade. Porém, é necessário estimular e abastecer essa “máquina” com informações, experiências e vivências. Precisa-se romper com o pré-julgamento de que criar é algo mágico. A escola tem papel fundamental no estímulo e desenvolvimento da criatividade desde a infância, e dependendo do grau de conhecimentos e do que é ensinado durante a vida, uma pessoa pode ou não se tornar criativa.

1.7 Estímulos e barreiras ao processo de criatividade

A criatividade é um fenômeno característico do ser humano e um processo que precisas ser desenvolvido constantemente. Para as empresas é uma estratégia competitiva, a fim de proporcionar o desenvolvimento de soluções mais assertivas ao consumidor. Para atingir este objetivo é preciso estimular a criatividade, e superar as barreiras que dificultam o processo criativo (GOMES; LAPOLLI, 2014).

Para promover a criatividade é necessário analisar a pessoa criativa, as condições que favorecem o surgimento da ideia e o sistema que permitirá por esta ideia em prática, ou seja, não basta o profissional criativo ter inúmeras ideias se não tiver condições intrínsecas e extrínsecas a sua condição (SOUSA *et al.*, 2015).

Uma das barreiras no desenvolvimento da criatividade é a educação rígida em escolas, que não estimulam a criatividade e inovação dos alunos. Não sendo estimulado, o estudante se torna um profissional sem ter tido a possibilidade de inovar e criar (LAURINDO; D'ÁVILA, 2007; GOMES; LAPOLLI, 2014). Já no meio organizacional, percebe-se a dificuldade de abertura das organizações aos processos de mudança. Para desenvolver a criatividade nas organizações é necessário proporcionar suporte às ideias que venham a surgir, tratando-as com respeito, valorizando o indivíduo que cria (RÊGO, 2018).

Aos gestores organizacionais torna-se necessário compreender quais são as motivações que permitem o desenvolvimento da criatividade e quais as barreiras que podem inibi-la (STRAUCH, 2009). Pensar no ambiente das organizações requer pensar nas condições físicas para um bom trabalho, bem como no clima que este ambiente terá e quais serão as estratégias adotadas para o desenvolvimento do pensamento criativo. O trabalhador criativo, se não for estimulado pelo ambiente restará reprimido (STRAUCH, 2009; RÊGO, 2018).

Neste sentido destaca-se o papel da cultura da organização, pois é dela que partem os hábitos e as ações que são desenvolvidas e que passam a ser encarradas como verdades absolutas. Uma cultura organizacional rígida pode inibir e bloquear o processo criativo (MUZZIO; PAIVA JÚNIOR, 2018; RÊGO, 2018). A falta de autonomia, de investimento e de infraestrutura, tarefas repetitivas, falta de liberdade, excesso de trabalho, ou seja, tudo o que possa limitar ou inibir o pensamento criativo, são considerados barreiras à criatividade dentro das organizações (GOMES; LAPOLLI, 2014).

Para Muzzio e Paiva Júnior (2018) a maneira como ocorrem as relações interpessoais também influencia diretamente na criatividade. É necessário compreender que cada equipe possui áreas de conhecimento distintas e que cada indivíduo carrega consigo suas experiências e habilidades. Para promover, incentivar e estimular a criatividade, é necessário respeitar as diferenças, promovendo o entendimento de que todas as áreas são importantes para a organização.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão classifica-se como um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo. As pesquisas qualitativas, conforme Malhotra (2001) proporcionam uma melhor visão e compreensão do fenômeno pesquisado. O dado qualitativo é a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo. É uma estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com outros eventos (PEREIRA, 2004, p. 21).

A pesquisa exploratória, conforme Gil (2012) serve como caracterização inicial do problema, sua classificação e sua definição, constituindo o primeiro estágio de toda pesquisa científica. Já na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador.

Para coleta de dados foi desenvolvido um roteiro semiestruturado com 16 (dezesseis) questões, baseado em teorias, validado por especialistas e testado antes da aplicação. Para a realização das entrevistas em profundidade foram contatados 6 (seis) profissionais da indústria criativa durante o mês de outubro de 2019. Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, os participantes foram tratados como “criativo 1, criativo 2, criativo 3, criativo 4, criativo 5 e criativo 6”, caracterizados conforme Quadro 1:

Quadro 1: Caracterização dos entrevistados

Nome	Gênero	Idade	Profissão	Tempo na	Tempo no local de	Cargo
------	--------	-------	-----------	----------	-------------------	-------

fictício	o	e		profissão	trabalho	
Criativo 1	F	29	Modista	5 anos	5 anos	Proprietária de ateliê
Criativo 2	M	32	Publicitário	16 anos	1 ano e meio	Proprietário de agência
Criativo 3	F	33	Publicitária	11 anos	7 anos e 6 meses	Supervisora de marcae comunicação
Criativo 4	F	29	Arquiteta e Urbanista	9 anos	1 ano e meio	Arquiteta e Urbanista
Criativo 5	F	44	Arquiteta e Urbanista	20 anos	20 anos	Arquiteta e Urbanista
Criativo 6	M	29	Designer Estratégico (Gráfico)	16 anos	12 anos	Coordenador de Marketing

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

A escolha dos entrevistados se deu através de um recorte de área da indústria criativa, ou seja, profissionais da área do consumo, que abrange publicidade e marketing; arquitetura; design e moda, visto ser esta a área que mais empresa profissionais na Indústria Criativa, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul. O método de escolha dos participantes foi o não probabilístico por conveniência (MALHOTRA, 2001).

As entrevistas foram realizadas e gravadas no mês de outubro de 2019 e posteriormente transcritas. Separadas por categorias e elementos, as respostas que apresentavam o mesmo significado foram agrupadas em uma mesma categoria, facilitando, dessa forma, a análise do seu conteúdo.

Como técnica de análise de dados adotou-se a análise de conteúdo. A análise de conteúdo, para Minayo (1994), é uma das expressões mais usadas para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. No presente trabalho adotaram-se categorias pré-definidas (BARDIN, 2007). Assim, as categorias elencadas para essa pesquisa foram sete, sendo preparação, incubação, inspiração, verificação, indivíduo, domínio e campo, conforme o quadro 2:

Quadro 2: Categorias e questões

CATEGORIAS DE ANÁLISE PROCESSO CRIATIVO		ELEMENTOS	PERGUNTAS
Preparação	WALLAS (ETAPAS DO PROCESSO CRIATIVO - 1926)	Reconhecimento do problema, obtenção de informações, e utilização dos conhecimentos adquiridos.	<ul style="list-style-type: none"> - Quando falamos em criatividade, qual a primeira coisa que lhe vem em mente? - Como é seu processo de criação? Percebe alguma etapa? - De que forma chega até você ademanda de trabalho?
Incubação		O inconsciente da maturação das ideias.	<ul style="list-style-type: none"> - Carga horária semanal detrabalho; - Em que período do dia você é mais criativo?
Inspiração		Momento de iluminação, visão “rápida”, solução inesperada, como revelação. <i>Insight.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O que te inspira? - Você costuma utilizar alguma técnica específica ao criar? - Possui alguma técnica para impulsionar sua criatividade, durante o trabalho?

<p>Verificação o</p>		<p>Verificar e comprovar, comunicar os resultados e manifestações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Você costuma comparar suas ideias/produtos, com os que já existem no mercado? - Você percebe quando surge uma boa ideia? Ela geralmente corresponde à opinião do mercado/cliente? - Após a execução do seu trabalho, você tem feedback do mercado/cliente?
<p>Indivíduo</p>	<p>CSIKSZENTMIHALYI (1988 e 1990) (TEORIA SISTÊMICA DA CRIATIVIDADE)</p>	<p>Alguns traços da personalidade são favoráveis à criatividade. Além disso, indivíduos que crescem ou vivem num ambiente rico em estímulos positivos também acumulam um <i>background</i> social e cultural propício ao comportamento criativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O que estimula sua criatividade? - Você considera importante o estímulo à criatividade no seu ambiente de trabalho? Se sim, de que forma isso pode acontecer? - A quais características de personalidade você atribui seu perfil criativo?

<p>Domínio o</p>		<p>É o conhecimento acumulado, estruturado, transmitido e compartilhado pela sociedade. O indivíduo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de atuação nessa área, na empresa; - Tempo de atuação no mercado de trabalho; - Formação profissional;
------------------------------------	--	---	--

	que conhece bem um domínio estará mais apto a encontrar soluções criativas dentro dele.	
Campo	<p>Inclui todos os agentes que atuam como juízes do processo criativo. São eles que determinam se uma ideia é criativa e deve, portanto, ser incluída no domínio.</p> <p>Quanto mais o domínio for rígido e avesso a mudanças, menor a possibilidade de inovação.</p>	<p>- Como você lida com críticas perante o trabalho?</p> <p>- Você busca qualificação profissional, na sua área de atuação, constantemente?</p> <p>- Você gosta de pesquisa/estudar sobre outras áreas, como política, economia, mercado?</p>

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Destaca-se que este quadro faz parte do estudo de Weschsler (1998), que buscou caracterizar a personalidade criativa, investigando de quais formas é possível entender sobre a criatividade, entendendo a interação entre o processo de criação e a pessoa criativa.

As primeiras quatro categorias escolhidas dizem respeito às etapas comuns a um processo criativo desenvolvidas por Graham Wallas em 1926 em seu estudo denominado *The art of thought*. Acredita-se que o criar é um processo presente nas indústrias criativas, e as quatro primeiras categorias auxiliarão a entender de fato, como ocorre o processo criativo junto aos entrevistados.

As três categorias seguintes, indivíduo, domínio e campo, foram desenvolvidas pela teoria de Csikszentmihalyi em 1988 e 1990, que apresenta a criatividade como um processo sistêmico, composta por três elementos: o indivíduo com suas vivências, o domínio que representa sua cultura, e o campo por onde perpassa o conhecimento.

Acredita-se que, para poder entender como ocorre o processo criativo, é necessário compreender estes três elementos, e caracterizá-los nas falas dos entrevistados.

Além disso, a última pergunta do roteiro de entrevista apresentava um quadro com vinte e oito frases, onde os entrevistados foram convidados a escolher as cinco que melhor lhe representavam por ordem de importância, atribuindo notas de 1 a 5, sendo 5 a mais importante e a 1 menos importante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção a apresentação dos resultados foi subdividida de acordo com as categorias constantes no Quadro 2, de modo a facilitar a compreensão dos achados.

3.1 Preparação

Partindo do pressuposto de que a criatividade é um processo de geração de ideias para atender uma determinada necessidade (WECHSLER, 1998; RÊGO, 2018) e que é fundamental para as indústrias criativas, questionou-se os seis entrevistados sobre suas percepções iniciais sobre a criatividade. As respostas vêm confirmar a afirmação inicial, conceituando criatividade como processo para criação de algo novo, original e surpreendente. É possível confirmar isso, nas respostas dos criativos 4 e 6, quando afirmam que *“Um processo que vai resultar em “coisas” lindas, que chamem atenção do público e sejam originais”* (Criativo 4) e *“Surpreender, impressionar pelas diferentes formas de resolver um mesmo problema de uma maneira que ninguém pensou antes”* (Criativo 6).

Quanto à percepção sobre o seu processo de criação, pode-se destacar que os criativos identificam e dividem este processo em fases, sendo que 4 criativos conseguem identificar estas fases e os outros 2 não as reconhecem e reforçam não possuírem nenhum método específico para criação. Mas, em suas falas, citaram que percebem que existem fases no processo de criação e que elas são realizadas de forma involuntária.

Em todas as falas foi possível perceber que a preparação é a primeira e principal fase do processo de criação. Todos os entrevistados destacaram a importância de entender a necessidade do cliente/consumidor, tentando extrair ao máximo o que ele deseja e espera como produto. Apontaram, também, que a conversa pessoal com o cliente é a forma mais utilizada para esta fase de preparação. O criativo 1 compara a fase de

preparação como um *“liquidificador: vai colocando um monte de coisinhas ali, mexe tudo e sai algo diferente”*.

3.2 Incubação

Segundo Braga *et al.* (2018), o período de incubação está muito relacionado ao inconsciente. Ou seja, é o momento em que se absorveu as informações e que agora deve-se estruturar o pensamento e preparar-se para o surgimento da ideia. Foi possível perceber nas falas dos entrevistados que a fase de incubação e inspiração andam praticamente juntas, ou seja, todos relatam a importância da fase do surgimento das ideias e de estímulo aos *insights* e conexões entre ideias para criar, mas também há uma necessidade de relaxar e levar uma *“vida normal”* (BARRETO, 2004; D’ÁVILA, LAURINDO, 2007).

Percebeu-se, também, que não houve consenso quanto ao período do dia em que os profissionais se sentem mais criativos. Para 3 criativos, a noite é o melhor período para criação *“por ser mais calma, mais tranquila, propicia momentos melhores”* (conforme criativo 2). Os demais acreditam que o processo de criação é algo inconstante e depende muito do estado de espírito e dos estímulos percebidos, conforme fala do criativo 6: *“já teve momento em que minha criatividade era mais percebida a noite, porém, associo isso aos estímulos externos que recebemos, ou seja, independente do período do dia”*.

3.3 Inspiração

Após a preparação, os criativos citam a importância da inspiração, ou seja, a fase em que começam a surgir as primeiras ideias. Conforme fala do criativo 1, é importante identificar esta necessidade de pausa, e respeitar os limites de nosso pensamento criativo: *“a gente precisa saber respeitar cada momento. Acredito que todos que trabalham com criatividade já tiveram momentos de bloqueios cognitivos, em algum determinado momento. Quando acontece eu saio, vou caminhar na rua, dou uma parada, respiro um pouco”*.

Quando perguntados sobre técnicas que auxiliam no processo de criação, identificou-se que cada profissional entrevistado utiliza de técnicas e ferramentas

apreendidas em sua formação e experiência, especialmente os criativos que atuam com área do design e publicidade. A técnica de *design brainstorming*, ou seja, tempestade de ideias é a mais utilizada pelos entrevistados, por ser uma ferramenta que proporciona pensar em inúmeras ideias (boas e ruins), até que surja uma, comum à equipe e que seja funcional e executável.

Além disso, para os entrevistados, assistir um filme, ler, pesquisar sobre o assunto, viajar e ouvir uma boa música também contribuem no processo de criação. Esta afirmação poder ser evidenciada em todas as respostas, e conforme o criativo 2 é a partir destas inspirações que vão surgindo ideias e que é possível fazer uma conexão de ideias: *“quanto mais referências, melhor!”*.

3.4 Verificação

Ainda sobre o processo de criação, todos responderam ser importante a fase da verificação, ou seja, após as ideias e sua criação os profissionais comparam com produtos e serviços já existentes no mercado, sem deixar sua particularidade e sua marca de lado. Esta afirmação se evidencia através da fala do Criativo 1: *“Durante a produção vou avaliando com elas. Vou analisando o que o mercado oferece, e procuro criar algo diferente. O meu diferencial está em fazer para ela”*. Ainda segundo os entrevistados, este acompanhamento e comparações lhes auxiliam a produzir, de fato, produtos e serviços que atendam as demandas de seus clientes.

Além disso, o *feedback* torna-se importante para o aprimoramento das ideias e do próprio processo de criação, visto que a internet e as mídias sociais deram maior autonomia para os clientes se manifestarem. Segundo Firjan (2020, p.9) *“a massificação da internet aumenta a conectividade e derruba barreiras físicas e geográficas”*. Para o Criativo 6, *“na atualidade o feedback é constante, necessário e muito mais rápido do que há alguns anos atrás. Por conta de que as pessoas têm mais voz, expressam mais suas opiniões com ajuda de ferramentas como a internet e a tecnologia”*.

3.5 Indivíduo

Conforme Braga *et al.* (2018), o indivíduo tem papel fundamental na criatividade, pois é através deste que o processo de criação se materializa, envolvido pelas motivações intrínsecas e extrínsecas inerentes ao indivíduo. Segundo Ferreira (2011) e Sousa *et al.* (2015), o trabalhador criativo precisa desenvolver sua criatividade através de suas características particulares. Características como persistência, inteligência, capacidade de síntese, coragem e perseverança são visíveis à personalidade criativa. Através das respostas, confirmou-se o que trazem os autores, sendo que os entrevistados ainda incluíram nesta lista outras características como: agilidade, objetividade, percepção, saber ouvir, curiosidade, proatividade, perfeccionismo e flexibilidade.

Em acréscimo, para que o processo de criação se desenvolva, os entrevistados acreditam ser importante proporcionar estímulos, sejam eles inerentes ou não ao indivíduo criativo, reforçando a ideia de Sousa *et al.* (2015) sobre a necessidade de condições intrínsecas e extrínsecas ao estímulo da criatividade. Destaca-se aqui o amor pela profissão, as relações interpessoais com familiares, amigos e colegas de equipe e a qualidade de vida, como fatores motivadores e estimulantes à criatividade, para os entrevistados.

Ainda sobre o estímulo à criatividade, no ambiente organizacional, todos os entrevistados consideram importante proporcionar estímulos, não apenas para o surgimento de boas ideias, mas também para uma satisfação enquanto indivíduo. Isto pode ser evidenciado na fala do criativo 6, quando relata que *“acredito que uma pessoa com a criatividade estimulada, se sentemais feliz, útil, proativa e conseqüentemente valorizada, pois certamente seu rendimento é melhor em comparação às que não são.”*

O espaço físico, o trabalho em equipe, liberdade, o ambiente como um todo e a cultura organizacional influenciam diretamente no estímulo à criatividade. Isso fica evidente na fala do criativo 3, quando cita que *“o ambiente como um todo influencia: o espaço físico, as pessoas e suas relações, os estímulos, os resultados de projetos anteriores, os desafios que são propostos diariamente”* e na fala do criativo 6 quando relata: *“acredito que isso aconteça numa empresa de forma mais assertiva quando isso é um dos pilares de sua cultura. Um ambiente de trabalho confortável, agradável e alegre também ajudam a estimular criatividade”*.

Strauch (2009) e Rêgo (2018) acreditam que o ambiente de trabalho é fundamental

para o estímulo à criatividade e se ele não oferecer condições para tal, esta ficará reprimida. Muzzio e Paiva Júnior (2018) acreditam que as relações interpessoais e a cultura organizacional podem estimular ou bloquear o estímulo à criatividade numa organização.

Ao final da entrevista foi apresentada uma lista com 28 frases para os entrevistados escolherem 5 (cinco) e que colocassem em ordem de importância de 1 (um) à 5 (cinco), sendo

4 (cinco) a mais importante. Segundo a FIRJAN (2020) os criativos são ágeis, “buscam soluções, e, não raro, formulam novas perguntas. Apontam tendências e permitem-se navegar de forma mais eficiente neste mundo cada vez mais digital, no qual as fronteiras físicas são menos relevantes. Tal afirmação se concretizou, pois 3 (três) dos entrevistados relacionaram a frase “*Não tenho medo de situações novas*”, como a mais importante, atribuindo-lhe o grau 5 (cinco).

Ainda segundo a FIRJAN (2020), um criativo precisa valorizar, nos dias de hoje, a questão não só de solução de problemas e eficácia no trabalho, como também a saúde mental. Neste sentido, 3 dos entrevistados escolheram a frase “*Sou mais produtivo (a) quando respeito minhas emoções*”, colocando-a como a menos importante, atribuindo-lhe grau 1. Segundo Weschsler (1998) os aspectos da saúde mental desempenham papel importante para o comportamento criativo, tornando assim a criatividade mais global, vinculada ao conhecimento, habilidades e ao emocional.

3.6 Domínio

Todos os conhecimentos adquiridos, assim como costumes e crenças, são considerados, na teoria de Csikszentmihalyi, parte importante no pensamento criativo, influenciando a maneira de ser e pensar. Destaca-se que o tempo de atuação na profissão e no local de trabalho dos entrevistados acompanha o movimento dos anos 90, que foram de grandes mudanças sociais e econômicas na forma de produção e consumo de bens e serviços descrita por Bendassolli *et al.* (2009). O surgimento das indústrias criativas parte neste momento. Cabe destacar, também, que comparados aos demais trabalhadores, os criativos permanecem menos tempo no emprego. (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Dos entrevistados, 4 (quatro) criativos são proprietários de seus próprios negócios, mas mesmo assim a demanda para o seu trabalho chega através de clientes. Embora tenha crescido o número de empresas no setor criativo, ainda se observa um

crescente número de trabalhadores nas indústrias clássicas desenvolvendo suas ocupações criativas. (OLIVEIRA *et al.*, 2013; FIRJAN, 2020).

3.7 Campo

O campo onde o profissional está inserido e todos os elementos que fazem parte do mesmo também influenciam no processo de criação. Os entrevistados afirmaram isto em suas entrevistas, sinalizando a importância de buscar qualificação profissional constantemente, não somente em suas áreas de atuação, mas também em outras.

Conforme Gomes e Lapolli (2004), Formiga Sobrinho (2012), Sánchez (2017) e Patrício (2017), é o conhecimento que traz valor agregado à criatividade. Isso fica evidenciado nas falas dos entrevistados: *“Eu acho que a criatividade está atrelada a coleta de informações. Para mim a pesquisa é a base da criatividade. Eu reúno inúmeras informações e sei que em um determinado momento eu vou precisar daquilo”* (Criativo 1); *“Acho essencial ter conhecimento em outras áreas para poder ter uma visão mais ampla do mercado, das pessoas, do mundo e usar isso no processo de criatividade.”* (Criativo 4).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto é possível perceber que o movimento da indústria criativa é algo recente, mas que se expande notadamente no âmbito nacional. Sua contribuição é expressiva se forem analisados os dados do PIB criativo e sua contribuição ao PIB total. É uma área que ainda busca seu espaço no mercado, bem como condições para seu pleno desenvolvimento.

Quanto ao mercado de trabalho na indústria criativa, percebe-se que o mesmo vem em ascensão. A área criativa não é mais somente uma ocupação dentro da indústria de base, mas que vem acompanhando o processo de “pejotização”, fazendo surgir empresas consolidadas com um único propósito: o fazer criativo. Pelas entrevistas realizadas percebeu-se que o anseio de criar suas próprias soluções e oferecer serviços diferenciados é que fizeram os profissionais deixarem seus postos de trabalho para se tornarem gestores de suas próprias empresas.

O objetivo deste artigo foi de perceber e caracterizar o processo criativo de profissionais da área de consumo da indústria criativa. Através das entrevistas realizadas pode-se concluir que, mesmo involuntariamente, o processo de criação destes profissionais passa por etapas, merecendo destaque a fase de preparação e de verificação, apontadas de forma unânime como fases fundamentais no desenvolvimento das ideias. Mesmo identificando estas etapas, não foi possível concluir quantas e quais seriam, e nem em que sequência as mesmas ocorrem.

Acredita-se que por ter-se escolhido a área de consumo da indústria criativa, o objetivo deste estudo foi alcançado. Isso porque os profissionais desta área possuem processos de criação claros e pré-definidos, o que possibilita caracterizá-lo e entender como o mesmo se desenvolve. Porém, não se pode afirmar quantas e quais são as etapas deste processo, e em que ordem cada uma delas ocorre. Para isso, seria necessário um estudo com uma quantidade maior de profissionais, a fim de quantificar quais são as etapas recorrentes em seus processos de criação, bem como o grau de importância de cada uma delas.

Além disso, os profissionais apontaram características do perfil criativo que também são importantes para o desenvolvimento do processo de criação, merecendo destaque: ser pesquisador, inteligência, curiosidade e persistência, ou seja, características intrínsecas e extrínsecas ao indivíduo. Somado a isso, os estímulos e barreiras ao processo de criação são pontos importantes a serem identificados na organização, a fim de potencializar a contribuição para a criatividade e romper as barreiras de poder reprimi-la.

As organizações buscam profissionais qualificados que ofereçam respostas rápidas e criativas à novos produtos e serviços, para um mercado consumidor cada vez mais dinâmico e independente. Entender que a criatividade é um processo que pode ser desenvolvido em cada indivíduo e aliar a isto suas características próprias é fundamental para os profissionais que desejam oportunidades únicas.

Como contribuições, este estudo auxiliou a conhecer uma área que está presente nas organizações e por muitas vezes tratada com subjetividade excessiva ou como um fenômeno que ocorre naturalmente (o que não se caracteriza como verdadeiro). Entende-se que é também responsabilidade das organizações incentivar e proporcionar um ambiente favorável à criatividade, com a gestão de pessoas desempenhando papel fundamental. Além disso, conhecer, acima de tudo, respeitar as particularidades dos

profissionais de uma equipe de trabalho é tarefa básica para um gestor que quer contribuir no desenvolvimento da criatividade dentro da organização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARRETO, R. M. **Criatividade em Propaganda**. 12 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

BENDASSOLLI, P. F.; WOOD Jr., T.; KIRSCHBAUM, C.; PINA e CUNHA, M. Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE**, v. 49, n. 1, p.10-18, jan/mar., 2009.

BLYTHE, M. The work of art in the age of digital reproduction: the significance of the creative industries. **JADE**, v.20, n.2, 4. 144-150, 2001.

BRAGA, N. P.; FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S.; FORMIGA SOBRINHO, A. B. Processo criativo de publicitários brasileiros: fatores motivadores e inibidores à criação. **Revista de Psicologia**, v. 36, n. 2, p. 549-573, 2018.

DCMS (Department for Culture, Media and Sport). **Creative Industries mapping document**. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/Reference_library/Publications/archive_2016/ci_mapping_doc_2016.htm. Acesso em 05.08.2020.

FERREIRA, A. R. **A estratégia no processo de criação em publicidade e propaganda**. Revista Estudos. Goiânia, v. 38, n. 4, p. 749-754. 2011.

FIRJAN. FEDERACAO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Mapeamento da indústria criativa no Brasil (fevereiro de 2019). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 05 julho 2020.

FORMIGA SOBRINHO, A. B. **A criatividade em processos de criação da publicidade de utilidade pública**. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional dos Pesquisadores Em Publicidade e Propaganda. 2012. Disponível em: www2.eca.usp.br/propesq/downloads/ebook_III_propesq_pp.pdf. Acesso em 05.08.2020.

FURTADO, S. M. **Indústrias criativas: Festival de Cultura e Gastronomia de Tiradentes/Minas Gerais/Brasil**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, R. K.; LAPOLLI, E. M. **Os estímulos e barreiras à criatividade no ambiente organizacional**. Revista Borges, v. 4, p. 03-12, 2014.

LAURINDO, R.; D'ÁVILA, J. C. O processo criativo na publicidade. **Mediação**, v. 7, n. 6, p.88-104, 2008.

MALHOTRA, N. **Introdução a Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2001.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUZZIO, H.; PAIVA JUNIOR, F. G. Organizational Creativity Management: Discussion Elements. **Rev. adm. contemp.**, v. 22, n. 6, p. 922-939, Dec. 2018.

NÚÑEZ, T. **A economia criativa do RS: estimativas e potencialidades.** In: Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.44, n.2, p.93-108, 2016. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3841>. Acesso em: 12 ago 2020.

OLIVEIRA, S. P. **Criatividade nas Indústrias Criativas: estudo de caso em uma organização do setor de tecnologia da informação e comunicação, com ênfase na educação.** Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2016. 139 p.

OLIVEIRA, J. M.; ARAUJO, B.; SILVA, L. **Panorama da economia criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para discussão, 1880).

PATRÍCIO, F. S. **Desenho de moda: processos criativos na representação visual da figura humana e do vestuário.** 2017. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PAROLIN, S. R. H. **Características organizacionais e espaço para a criatividade em organizações inovativas.** 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados Qualitativos.** São Paulo: EDUSP, 2004.

RÊGO, G. C. B. **Gestão da criatividade e inovação em empresas organizadoras de eventos.** 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SÁNCHEZ, T.; SIQUEIRA, J.; BEDRAN, C.; PINTO, G. B. S. **Mapeamento da Indústria**

Criativa no Brasil: os profissionais criativos no cenário de crise. In: Atlas econômico dacultura brasileira: metodologia II / organizadores Leandro Valiati [e] Ana Letícia do Nascimento Fialho. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. 214 p.

SOUSA, F. C., F.; Nunes, I. P.; Monteiro. Criatividade E Inovação Empresarial Nas Indústrias Criativas. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 121-139, 2015.

STRAUCH, J.P. **Estímulos a criatividade em empresas inovadoras gaúchas.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programade Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 2009.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Relatório deeconomia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento.** – Brasília: Traduzido por Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Arquivo original em inglês no site: <http://www.unctad.org/creative-economy>.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WECHSLER, S. M. Avaliação multidimensional da criatividade: uma realidade necessária. Multidimensional creativity assessment: an urgent reality. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), v. 2, n.2, p. 89-99, 1998.

Projeto FISUL comunidade: queimou a lâmpada, acenda a consciência.

FISUL community project: burned the light bulb, ignite awareness.

Arrigo Fontana

Janete Jacinta Carrer

José Ricardo Ledur

Thiago André Finimund

INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente é um tema bastante abordado atualmente, levando em consideração que cada vez mais os governos, a sociedade e as empresas estão tendo atitudes que de alguma forma, reduzam os impactos da utilização dos recursos naturais escassos dos quais a sociedade dispõe.

Indo ao encontro a essa preocupação, a Logística Reversa possui um papel importante dentro das ações para preservação do meio ambiente. É por meio dela que se pode dar o destino correto aos resíduos que restam dos produtos comercializados, com o foco principal nos resíduos perigosos.

Entres os resíduos perigosos, pode-se dar destaque as lâmpadas fluorescentes, que são produtos que possuem uma rotatividade considerável no comércio, e necessitam de um cuidado especial no momento do descarte. Silva e Ventura (2016) alertam que:

Apesar da praticidade, durabilidade e economia da lâmpada fluorescente, no interior dela existe um componente químico muito perigoso à saúde: o mercúrio, um metal pesado e tóxico. O mercúrio ainda tem a companhia do chumbo na composição das lâmpadas. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o valor máximo de mercúrio que pode estar concentrado em uma unidade é de 100 miligramas de mercúrio por quilo do resíduo. O contato com a substância em níveis mais altos pode gerar sérios problemas à saúde. O maior problema acontece quando a substância é inalada, ainda mais se a quantidade de mercúrio elementar for grande, o que pode causar problemas neurológicos, tosse, dispnéia, dores no peito e outros problemas mais graves. Na questão ambiental, quando o mercúrio é despejado de maneira irregular em rios, por exemplo, ele volatiliza e passa para a atmosfera, causando prováveis chuvas contaminadas. Pode acontecer também de micro-organismos absorverem o mercúrio, tornando-o orgânico em vez de metálico. Animais aquáticos e plantas podem reter o mercúrio e assim contaminar o meio

ambiente sem que exista chance de erradicação (SILVA; VENTURA, 2016, p. 5).

Pensando nisso, as turmas das disciplinas de Estatística Aplicada, Introdução à Logística e Matemática, orientadas pelos professores Arrigo Fontana e Thiago André Finimundi, atendendo ao Projeto FISUL Comunidade, decidiram abordar o recolhimento de lâmpadas queimadas em pontos estratégicos de cinco cidades: Barão, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar e Garibaldi.

1 LOGÍSTICA REVERSA

No ano de 2010, a logística reversa foi classificada como um instrumento de desenvolvimento econômico pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Consiste em ações e procedimentos destinados ao retorno dos resíduos sólidos para as empresas fabricantes após seu consumo (MEIRELES E MORAES, 2020).

Os resíduos sólidos são separados por classificação conforme o risco que eles oferecem à saúde e ao meio ambiente, e as lâmpadas, ainda de acordo com Meireles e Moraes (2020) são classificadas como resíduos perigosos e quando são descartadas indevidamente, se tornam um problema para a saúde populacional e para o meio ambiente.

1.1 Tipos de logística reversa

A logística reversa tem como objetivo evitar o excesso de resíduos na natureza. Ela pode ser dividida em duas modalidades:

- **A logística reversa pós-consumo:** é o sistema mais utilizado pelas empresas. No pós-consumo, as mercadorias retornam ao fabricante quando já foram utilizadas pelos clientes, ou estão vencidas. Exemplos: Pneus, pilhas, lâmpadas.
- **A logística reversa pós-venda:** é quando o produto não atende as expectativas do cliente e acontece a devolução do mesmo. Exemplos: Arrependimento da compra, pedido incorreto, produto com defeito.

O Art. 33 da Lei nº 12.305, nos apresenta que são obrigados a incorporar um sistema de logística reversa de pós-consumo, os fabricantes, importadores, distribuidores

e comerciantes de agrotóxicos (e seus resíduos e embalagens), ou qualquer outro produto que após o uso constitua resíduo perigoso; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes (e seus resíduos e embalagens); lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e produtos eletrônicos e seus componentes (MENEZES E MILANI, 2016).

Os resíduos de lâmpadas fluorescentes se caracterizam por lâmpadas adquiridas, utilizadas e descartadas pelo consumidor. Normalmente, essas lâmpadas fluorescentes podem retornar ao seu ciclo produtivo, através de canais reversos de pós-consumo como de reciclagem e de reuso. O processo dessa logística pós-consumo inclui o gerenciamento das seguintes etapas: coleta, armazenagem, manuseio e movimentação.

A logística reversa pós-consumo de lâmpadas fluorescentes deve ser vista como uma grande alternativa para o reaproveitamento dos resíduos em um novo ciclo de vida. A logística reversa impede o aumento da poluição e da extração continuadas de recursos naturais que, em sua grande maioria, já se encontram em extinção. Além de evitar danos a natureza e a saúde do homem. Como afirmam Rodrigues et al. (2021, p. 2):

O conhecimento da Logística Reversa e a educação relacionada ao descarte de lixo eletrônico é precário, tendo em vista que publicidades e diálogos sobre o assunto são ausentes na população, apesar de que autoridades e consumidores já estão mais atentos quando se trata de descarte de lâmpadas em relação ao meio ambiente. Por isso, é preciso estruturar sistemas que atendam as metas impostas pela legislação.

A crescente utilização não só de lâmpadas, mas de uma variedade de aparelhos e componentes eletrônicos impacta o meio ambiente e, portanto, demanda processos e procedimentos de descarte e recolhimento adequados a fim de minimizar os efeitos ambientais danosos bem como perdas econômicas. Nesse sentido, a Logística Reversa constitui um importante mecanismo para a solução dessa problemática.

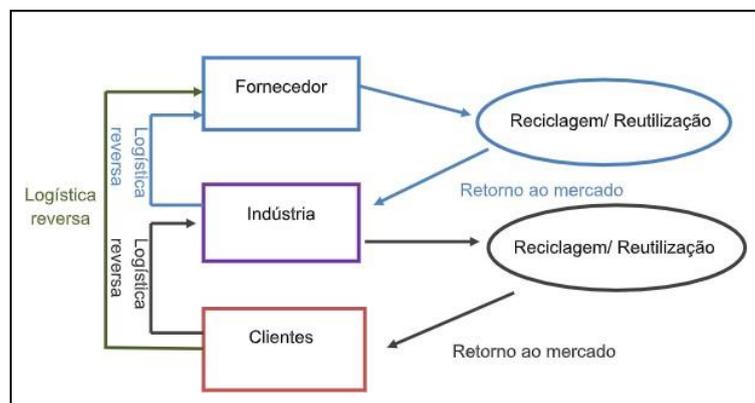
1.2 Histórico da Logística Reversa no descarte de lâmpadas

A logística reversa é decorrente de países que experimentaram o processo de industrialização há mais tempo. Os primeiros estudos tiveram início nas décadas de 70 e 80 em vários países europeus. Em 1991, na Alemanha, surgiu a primeira legislação tratando do tema.

Em 2010 foi criada uma lei do governo federal denominada “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, onde constam exigências sobre a estruturação de Sistemas de Logística Reversa no país.

A Logística reversa é a ligação entre o consumo e a reciclagem. Para que a lâmpada pare de ser um agente contaminante e vire uma fonte de recursos como vidro, alumínio e principalmente de mercúrio. Para que essa ligação seja sólida e funcional a logística reversa deve ser bem estruturada, porém no Brasil esse processo ainda encontra grandes dificuldades como a falta de conhecimento da população de como fazer o descarte correto e a distância entre as distribuidoras, recicladoras e consumidores, conforme Figura 1.

Figura 1: Logística Reversa nas Lâmpadas



Fonte: Mourão e Seo (2012).

1.3 Tipos de resíduos das lâmpadas fluorescentes

Os seus principais subprodutos são o vidro, o alumínio e outros componentes metálicos, o pó fosfórico, os componentes eletrônicos e o mercúrio. As lâmpadas fluorescentes contêm pequenas quantidades do elemento mercúrio (Hg), substância altamente tóxica. No Brasil são consumidas cerca de 100 milhões de lâmpadas fluorescentes por ano. Desse total, 94% são descartadas em aterros sanitários, sem nenhum tipo de tratamento, contaminando o solo e a água com metal pesado.

Por representar tais riscos ao meio ambiente, as lâmpadas fluorescentes são classificadas como classe I, consideradas como resíduos perigosos, pela ABNT NBR 10004/2004, devendo, portanto, receber atenção especial, quanto ao armazenamento, transporte e destinação final desses resíduos.

A descontaminação de lâmpadas fluorescentes varia de acordo com o modelo do produto. Basicamente, o processo resume em separar os terminais (componentes de alumínio, soquetes plásticos e estrutura metálico-eletrônicas), o vidro (em forma de tudo, cilindro ou outros), o pó fosfórico (pó branco contido no interior da lâmpada) e principalmente o mercúrio, que será recuperado em estado líquido elementar.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a quantidade máxima de mercúrio que pode estar presente em uma unidade é de 100 miligramas de mercúrio por quilo do resíduo. O contato com a substância em níveis mais altos pode gerar sérios problemas de saúde.

Para minimizar o impacto ambiental, estudos desenvolveram um sistema que recupera os componentes presentes nas lâmpadas, reaproveitando mais de 98% da matéria-prima utilizada na fabricação.

O processo de reciclagem é por meio de um sistema de vácuo associado a altas temperaturas, o equipamento separa o mercúrio, metal tóxico com alto risco de contaminação, de outros elementos, como cobre, pó fosfórico, vidro e alumínio, possibilitando a reciclagem desses materiais pela indústria.

Quando as lâmpadas fluorescentes são jogadas no lixo e se juntam a milhares de outras nos aterros sanitários elas acabam contaminando as águas subterrâneas. O Mercúrio que estava dentro da lâmpada é liberado no solo quando ela se quebra, este metal atinge então o lençol freático com a ajuda do chorume (o líquido liberado pela decomposição do lixo orgânico). Esse acontecimento prejudica o meio ambiente por contaminar rios, lavouras, animais, e por fim os homens. A intoxicação grave por mercúrio pode causar problemas respiratórios, neurológicos, gastrintestinais e até matar.

Na Alemanha e nos Estados Unidos, já é proibido jogar lâmpadas fluorescentes no lixo comum. Os equipamentos são coletados à parte e reciclados, infelizmente no Brasil há pouquíssimas empresas que realizam a reciclagem dessas lâmpadas, e elas atendem principalmente indústrias.

1.4 Legislação

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é uma lei (Lei nº 12.305/10) que organiza a forma com que o país lida com o lixo, exigindo dos setores públicos e privada transparência no gerenciamento de seus resíduos. Essa lei diz que nenhum tipo de

resíduos reciclados deve ser encaminhado para aterros, somente seus rejeitos, ou seja, todo material que sobra dos resíduos e que não conseguimos recuperar ou reutilizar. De acordo com Bacila (2012, p. 50), “um dos instrumentos para a realização da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), a qual define a obrigatoriedade da logística reversa para lâmpadas fluorescentes, é a educação ambiental”, de modo a incentivar a participação da sociedade em ações de preservação ambiental e participação nas questões emergentes relacionadas ao meio ambiente.

De acordo com o PNRS, os principais objetivos da Lei nº 12.305/10 são:

- a) A não-geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos;
- b) Destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- c) Diminuição do uso dos recursos naturais no processo de produção de novos produtos;
- d) Intensificação de ações de educação ambiental;
- e) Aumento da reciclagem no país;
- f) Promoção da inclusão social;
- g) Geração de emprego e renda para catadores de materiais recicláveis.

A empresa que descumprir as regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos estará sujeita a punições da Lei de Crimes Ambientais. As penas pelo descumprimento vão desde a reclusão e detenção até o pagamento de multas. Indústrias e outras empresas, incluindo as tratadoras podem ser autuadas em valores de R\$ 500,00 a R\$ 2 milhões.

1.5 Responsabilidade compartilhada e Logística Reversa

Anteriormente a lei, quando um consumidor descartava um produto em um local inadequado, ninguém sabia de quem era a culpa, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos essa responsabilidade é dividida entre os diversos participantes da cadeia, como uma responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A avaliação do ciclo de vida de um item compreende todo o processo do produto, e a responsabilidade sobre o produto cabe a comerciantes, fabricantes, importadores, distribuidores, cidadãos e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa.

O setor privado deve viabilizar a logística reversa, especialmente de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos. A lei determina que as medidas de logística reversa devem se estender a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Sendo assim, fica de responsabilidade das empresas em saber qual será a destinação que o usuário final deu ao seu produto, após ser consumido e oferecer opções para reaproveitá-lo em suas cadeias produtivas ou destiná-lo corretamente. Para os usuários fica o dever de devolver as embalagens e produtos às empresas, que podem fazer acordos setoriais e termos de compromisso com o poder público para viabilizar medidas.

Desta forma a Política Nacional de Resíduos Sólidos influencia muito no negócio, principalmente na oportunidade de desenvolver outros mercados e a PNRS contribui para redução dos custos de produção e aumenta a competitividade.

1.6 Destinação dos resíduos

As empresas de gerenciamento, tratamento e **destinação de resíduos sólidos** têm como objetivo avaliar os principais resíduos produzidos por determinada indústria, montar a logística de coleta e separação desse material e, se possível, realizar a reciclagem. Quando a reciclagem não for possível, é importante pesquisar formas de tratamento desse resíduo, como também a destinação adequada. Todos esses processos precisam obedecer à legislação e normas técnicas em vigor pois:

O aumento da velocidade de descarte dos produtos de utilidade após seu primeiro uso, motivado pelo nítido aumento da descartabilidade dos produtos em geral, ao não encontrar canais de distribuição reversos de pós-consumo devidamente estruturados e organizados, provoca desequilíbrio entre as quantidades descartadas e reaproveitadas, gerando um enorme crescimento de produtos de pós-consumo. Um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade é a dificuldade de disposição do lixo urbano (SILVA; VENTURA, 2016, p. 4).

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: Não Geração; Redução; Reutilização; Reciclagem; Tratamento dos resíduos sólidos; Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Gerenciamento de resíduos: Não Geração – o conceito está ligado a eficiência em toda a cadeia produtiva e de serviços com o uso de tecnologia modernas e inovadoras.

Gerenciamento de resíduos: A Redução – após esgotar todos os métodos para não gerar resíduos, a organização deve desenvolver técnicas para reduzir a quantidade gerada em seus processos. Seja através da inovação tecnológica (modificações no processo, substituição de matérias-primas, maquinários mais eficientes, etc.). Ou seja, através da criação de novos serviços e produtos com tarefas semelhantes, porém com maior eficiência.

Gerenciamento de resíduos: Reutilização – a reutilização procura prolongar a vida útil de um produto no mercado. Todo produto dessa categoria deve possuir uma indicação de quantos ciclos de produção poderá atravessar sem afetar suas características principais.

Gerenciamento de resíduos: Reciclagem – tem como finalidade reintroduzir um resíduo após sofrerem transformações em suas propriedades a uma determinada cadeia produtiva e servir de matéria prima para a fabricação de outros produtos.

Gerenciamento de resíduos: Tratamento dos resíduos sólidos – utiliza tecnologias apropriadas para neutralizar a periculosidade do resíduo, possibilitando muitas vezes a reutilização e reciclagem.

Gerenciamento de resíduos: Disposição – deve ser empregada somente se o resíduo não for capaz de passar por tratamento algum.

1.7 Vantagens da destinação de resíduos adequada

É fato que, seja qual for a atividade favorável realizada, o compromisso com a preservação do ambiente está sendo cumprido. Por esse motivo, são diversas as vantagens trazidas pela destinação de resíduos e nessas vantagens se faz a grande importância desse processo.

- a) - Redução da poluição ambiental;
- b) - Diminuição dos gastos com a limpeza urbana;
- c) - Minimização dos riscos de endemias;
- d) - Melhoria da qualidade de vida.

Para as empresas, promover a destinação correta dos resíduos gerados é um modo de a empresa não apenas cumprir uma exigência legal, como também reduzir seus gastos e até gerar oportunidades de novos negócios. É recomendável implementar um plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e, se possível, conquistar o selo de certificação ISO14001, que estabelece um Sistema de Gestão Ambiental para a empresa. Além disso, pode-se acompanhar a tendência Mundial e adotar práticas de logística reversa, reciclagem e reutilização dos resíduos recicláveis.

Toda empresa cuja cadeia de produção resulta na geração de resíduos sólidos deve se preocupar com a destinação correta dos mesmos, não apenas devido às obrigações legais e exigências normativas, mas também por causa do compromisso com o meio ambiente.

Agora, se não há opção de aproveitar os resíduos, é importante se ater aos meios de descarte, pois a Lei 12.305/2010 exige que sejam realizadas destinações finais corretas aos resíduos. No Brasil, algumas formas de disposição final de resíduos sólidos são bastante utilizadas. São elas:

Lixão a céu aberto: são aterros sem qualquer controle onde os resíduos são depositados a céu aberto. Embora seja um método muito adotado no Brasil por ser viável economicamente, o lixão a céu aberto é condenado pela legislação federal. Não é uma forma aconselhável de descarte de resíduos sólidos de forma alguma. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o Brasil ainda possui quase 3 mil lixões ativos alocados em 1.600 cidades.

Aterro sanitário: é uma área reservada para descarte de lixo, mas diferentemente do lixão aberto, envolve projeto de engenharia e possui tratamento de chorume (substância líquida resultante do processo de putrefação de matérias orgânicas) e do gás metano (também chamado gasolixo, comumente liberado quando há decomposição de lixo orgânico).

Aterro controlado: é o meio-termo entre o aterro sanitário e o lixão. O espaço utiliza algumas técnicas de engenharia para isolar os resíduos descartados, cobrindo-os com argila, terra e grama, e impedindo assim que o lixo fique exposto e favoreça a proliferação de doenças. No entanto, também vai contra a PNRS.

1.8 Situação atual e perspectivas

Atualmente, a Logística Reversa está cada vez mais presente nas empresas e se faz cada vez mais necessária. Esse processo de logística procura estabelecer uma forma de empreender ações para preservar o meio ambiente frente a grande quantidade de resíduos produzida. Por determinação legal, tem o objetivo de gerar uma nova concepção das organizações com relação aos seus produtos em estado de pós-venda ou pós-consumo.

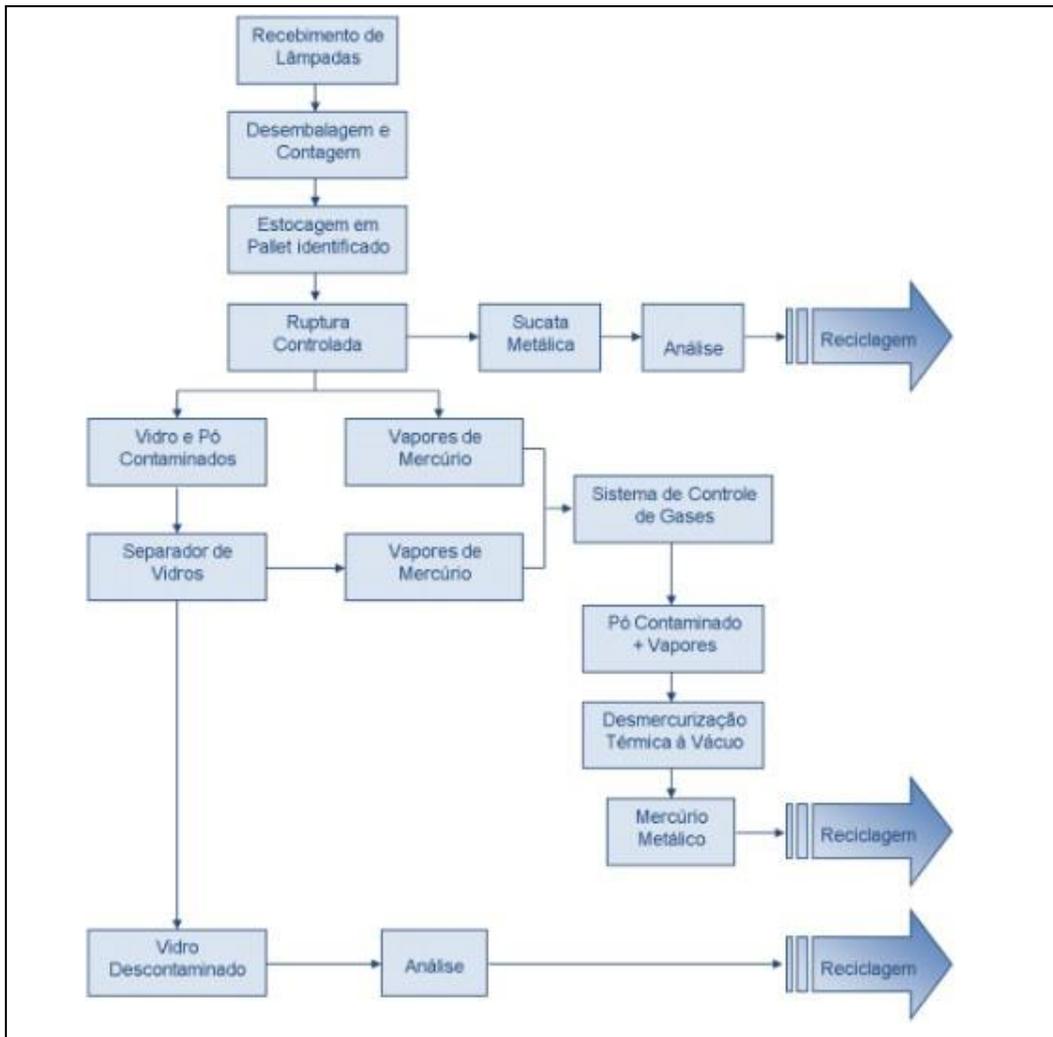
Segundo Thode Filho *et al.* (2015), “considera-se uma evolução significativa da Logística Reversa no Brasil com diversos avanços na PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos, com destaque para a sistematização e consolidação de princípios e instrumentos fundados na legislação ambiental brasileira”.

No que se diz a respeito especificamente da logística reversa das lâmpadas fluorescentes, para se ter resultado, alguns processos e procedimentos devem ser promovidos e aplicados. O planejamento, a organização e o controle do processo de logística reversa com datas pré-definidas para recolhimento das lâmpadas fluorescentes, assim como a ampliação do conhecimento do processo de reciclagem desse material, são instrumentos possíveis de serem aplicados em qualquer instituição pública/privada. A implementação da logística reversa, ainda que seja desconhecida de grande parte da população, vem sendo adotada por diversas empresas como parte das soluções para questões econômicas, ambientais e de saúde humana, pois:

além de trazer fins lucrativos à empresa, busca reinserir os produtos na cadeia econômica, visando diminuir o descarte e incentivar o pós-consumo consciente, além de ajudar a não poluir o meio ambiente, já que quando se fala do descarte incorreto de lâmpadas, pode trazer diversos malefícios tanto para a saúde humana, quanto para o meio ambiente. A contaminação de substâncias tóxicas para o meio ambiente, resulta em extinção de espécies, aquecimento global, entre outros vários malefícios (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 13).

De acordo com Sebalos e Melo (2019), no Brasil existem oito empresas que realizam o serviço de descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes, as quais utilizam, cada uma, diferentes técnicas de descontaminação e reciclagem desse tipo de lâmpada. Na Figura 2 é apresentado o processo utilizado por uma dessas empresas.

Figura 2: Etapas do processo de descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes utilizado pela empresa Apliquim Brasil Recycle.



Fonte: Sebalos e Melo (2019).

Diante de pesquisas para a realização do trabalho, pode-se notar que o que dificulta o processo de logística reversa das lâmpadas é a indisponibilidade de pontos de coleta de lâmpadas nos municípios. Teoricamente, estes pontos deveriam ser de responsabilidade dos revendedores, no entanto como a maior parte destes não promove tal ação, os consumidores ficam impossibilitados de retornar suas lâmpadas inservíveis à cadeia.

Como perspectivas de futuro, as empresas e a sociedade de modo geral precisam despertar sua consciência ambiental e atentarem-se ao assunto, de modo que ações de conservação ambiental sejam adotadas e que a lei seja cumprida. Sendo assim a logística

reversa deve ser desenvolvida permanentemente, pois as ações adotadas hoje impactarão no longo prazo, no futuro das empresas, na sociedade e principalmente no meio ambiente.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo foi realizado em cinco cidades, escolhidas pelos alunos das três disciplinas, onde pelo menos um dos alunos morasse nessa cidade para dar o suporte necessário aos parceiros do projeto. As cinco cidades escolhidas foram Barão, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar e Garibaldi.

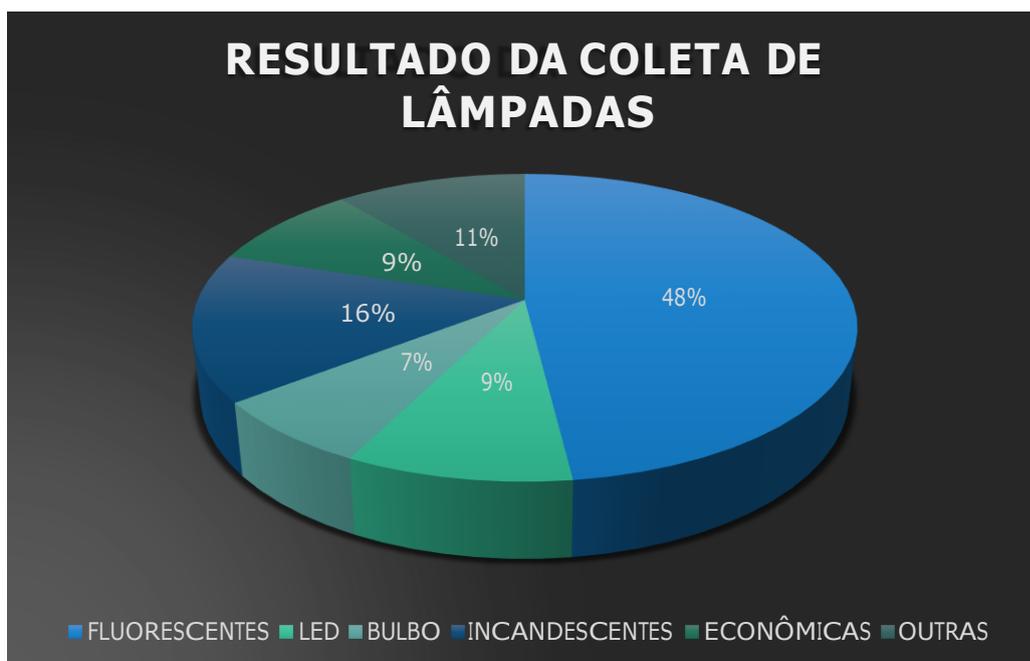
O projeto foi desenvolvido durante o mês de abril, e no dia 01/05/2021 as caixas para a coleta foram entregues nos pontos específicos, com o logo do projeto, também desenvolvido pelos alunos, e foram recolhidas no dia 12/06/2021.

No 12 de junho de 2021, último dia do projeto, chamou-se o dia “D”, onde foi feito um mutirão de recolhimento de lâmpadas na Praça das Rosas, em Garibaldi, onde foram coletadas 435 lâmpadas. Após o encerramento do mutirão, foram levadas todas as lâmpadas recolhidas durante o mês para o ginásio da Fisul e lá foi feita a separação por tipos de lâmpadas, e também a contagem de quantas foram recolhidas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A logística reversa tem como objetivo evitar o excesso de resíduos na natureza, pensando nisso o projeto abordado teve a preocupação em recolher o máximo de lâmpadas possíveis nas cidades escolhidas, com objetivo principal de dar a correta destinação. Com um total de 6.146 lâmpadas coletadas, com a discriminação apresentada na Figura 3, o projeto mostrou claramente a relação pós-consumo em todos os pontos de coleta, o consumidor demonstrou estar preocupado com a destinação correta e com o meio ambiente.

Figura 3: Resultado da coleta no período



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Através dos resultados obtidos com a coleta das lâmpadas, foi possível identificar uma quantidade significativa das lâmpadas do tipo fluorescentes, quantificando um total de 2.954 lâmpadas recolhidas, sendo 48% sobre o total de outros tipos de lâmpadas coletadas.

Em segundo lugar se obteve um número de 956 lâmpadas do tipo incandescente recolhidas, um total de 16%. Com isso, analisou-se que as lâmpadas do tipo incandescente tiveram uma baixa de recolhimento em relação as lâmpadas do tipo fluorescente, pois esse tipo de lâmpada é um modelo de iluminação que surgiu para substituir as incandescentes.

4 CONCLUSÃO

O processo de logística reversa revela-se como uma grande oportunidade de reaproveitamento para as empresas que realmente estão preocupadas com a redução do uso de recursos naturais e dos demais impactos ambientais, isto é, o sistema logístico reverso consiste em uma ferramenta organizacional com o intuito de viabilizar economicamente as cadeias reversas, de forma a contribuir para a promoção da sustentabilidade de uma cadeia produtiva. Observa-se que no projeto Fisul Comunidade que foi desenvolvido com o foco no recolhimento de lâmpadas fluorescentes, foi possível

perceber que a sustentabilidade é de extrema importância, tendo em vista que várias pessoas se preocuparam em deixar as lâmpadas guardadas em casa esperando uma oportunidade de descartar corretamente, e ao saberem do projeto entregaram as lâmpadas.

Entretanto ainda devemos reforçar que em alguns pontos foram recolhidas poucas lâmpadas, principalmente nos pontos do interior, as vezes por falta de conhecimento ou por não conhecer algum lugar que receba as lâmpadas para descarte correto. As pessoas jogam essas lâmpadas queimadas no lixo comum, quando isso acontece, a lâmpada é descartada em aterros de lixo seco, e as substâncias que ela possui soltam e acabam prejudicando o meio ambiente. Este projeto ajudou não só o meio ambiente, mas também a população de forma a conscientizar para que estas lâmpadas não acabem no lixo e em aterro contaminando a água subterrânea.

Por fim a ausência de indicadores em relação a custo/benefício da atividade de logística reversa não é visualizada devido à falta de mensuração de custos envolvidos com a atividade reversa. Onde é necessário salientar que nas cidades onde o projeto aconteceu, não há nenhum ponto de coleta de lâmpadas, pois é uma logística que tem um custo bastante elevado, e ninguém quer arcar com ele.

Além disso, as instituições de ensino superior, por estarem inseridas na sociedade vêm sofrendo transformações em suas atribuições e objetivos com o intuito de acompanhar as mudanças aceleradas que vêm ocorrendo nos mais diferentes contextos. Desse modo, passam a ter um papel importante no desenvolvimento de seus estudantes não apenas no aspecto profissional, mas também contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com diferentes causas sociais, culturais, ambientais e econômicas. Projetos como este aqui apresentado possibilitam ações que favorecem essa formação.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. *Logística reversa: solução ambiental, social e econômica*. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/logistica-reversa-solucao-ambiental-social-e-economica>. Acesso em: 8 mai. 2021.

BACILA, Danniele Miranda. *Uso da logística reversa para apoiar a reciclagem de lâmpadas fluorescentes usadas: estudo comparativo entre Brasil e Alemanha*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2012.

DIARIO DO AÇO. *Descartando lâmpadas fluorescentes*. 11 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0070732-descartando-lampadas-fluorescentes>. Acesso em: mai. 2021.

ECYCLE. *O que é Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)?* Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/3705-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs.html#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Res%C3%ADduos,gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20res%C3%ADdu>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ECYCLE. *Tudo o que você precisa saber sobre o descarte de lâmpadas fluorescentes*. Disponível em: [fluorecenteshttps://www.ecycle.com.br/144-descarte-de-lampadas-fluorescentes](https://www.ecycle.com.br/144-descarte-de-lampadas-fluorescentes). Acesso em: maio 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Política Nacional de Resíduos Sólidos. Contexto e Principais Aspectos*. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/contextoseprincipais-aspectos>>. Acesso em 02 mai. 2021.

MIRANDA, Bruno; MORETTO, Izabela; MORETO, Rafael. *Gestão Ambiental nas empresas*. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/18-gestao-ambiental.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.

MOURÃO; R. F.; SEO; E. S. M. *Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes*. Interfacehs – Revista de saúde, meio ambiente e sustentabilidade, Volume 7, Número 3, 2012. Disponível em: http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/NOVO_76_Artigo_5_vol7n3.pdf. Acesso em: maio 2021.

PICCHIAI, Djair; TAVARES, Ulisses. *Logística reversa frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos nas MPE's do setor de metalurgia na Região de Jundiaí*. Disponível em: <https://doi.org/10.26767/coloquio.v16i1.1205>. Acesso em: 8 mai. 2021.

RODRIGUES, Rodrigo César Silva; PINHEIRO, Ana Beatriz Durães; SOUZA, Ingrid Carolina; AUGUSTO, Rafael da Silva; NAZARÉ, Tiago Bittencourt. Logística reversa para o descarte de lâmpadas. *Mythos*, v. 15, n. 1, 2021.

SEBALOS, Renata; MELO, Fábio Xavier de. Reciclagem e descarte de lâmpadas fluorescentes. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, v. 8, n. 2, 2019.

SILVA, Daniela de C.; VENTURA, Acácia. Logística reversa e descarte de lâmpadas fluorescentes. *Congresso de Logística das Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza*. Americana/SP, 2016. Disponível em: <http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/155>>. Acesso em junho 2021.

SOLIANI, Rodrigo Duarte. *Perspectivas para a logística reversa frente à realidade da política nacional de resíduos sólidos (PNRS) brasileira*. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1887>. Acesso em: 8 mai. 2021.

SOUZA, Líria Alves de. *Reciclagem de lâmpadas fluorescentes*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/reciclagem-lampadas-fluorescentes.htm>>. Acesso em: maio 2021.

VG RESÍDUOS. *Como funciona a logística reversa pós-consumo de lâmpadas fluorescentes?* Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/como-funciona-a-logistica-reversa-pos-consumo-de-lampadas-fluorescentes/>>. Acesso em: maio 2021.

VG RESÍDUOS. *Como Política Nacional de Resíduos Sólidos influencia o meu negócio?* Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/como-politica-nacional-de-residuos-solidos-influencia-o-meu-negocio/>. Acesso 02 mai. 2021.

VG RESÍDUOS. *Quais os principais tipos de logística reversa no Brasil?* Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/quais-os-principais-tipos-de-logistica-reversa-no-brasil/>. Acesso em 04 mai. 2021.